

**UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
CCH - Centro de Ciências do Homem
Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais**

Zandor Gomes Mesquita

**O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL COMO ELEMENTO CONSTITUINTE
DA PAISAGEM CULTURAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Campos dos Goytacazes
Junho/2012

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DA PAISAGEM CULTURAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Zandor Gomes Mesquita

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Campos dos Goytacazes
Junho/2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

052/2012

M582 Mesquita, Zandor Gomes

O patrimônio industrial como elemento constituinte da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes / Zandor Gomes Mesquita -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

126 f. : il

Orientador: Simonne Teixeira

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012

Bibliografia: f. 114 - 122

1. Patrimonio Industrial. 2. Paisagem Cultural. 3. Setor Sucro-alcooleiro – Campos dos Goytacazes (RJ). I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 363.69

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio e paciência nos momentos difíceis, em especial ao meu filho. Aproveito para pedir desculpas pelos períodos que não estive presente e pelas constantes recusas do convite de jogar bola, mas saiba que minhas ações visam seu bem-estar. Agradeço aos meus irmãos de sangue (Cleitor, Robinho, Francisco e Anderson) e aos meus “irmãos de curso” (Filipe, Diego, Rachel, Fernanda, Aline, Marcela, Dayane, Mônica, Lucymarie e Rosângela), pelos momentos de lazer desses anos.

Agradeço aos professores que enriqueceram minha vida acadêmica. Agradeço a minha orientadora Simonne Teixeira pelo esforço empreendido e ao professor Marcos Pedlowski pela ajuda nos momentos de sufoco. Agradeço aos membros da banca por aceitarem o convite e enriquecerem o trabalho.

Não posso esquecer-me de agradecer aos amigos de sempre: Everton, Livia, Tavim, Guilherme, Isroberta e outros tantos pelos momentos de alienação. Enfim, agradeço a todos que de alguma maneira ajudaram na minha formação, sem deixar de agradecer a todos que esqueci de agradecer.

Agradeço a CAPES pela bolsa concedida nos anos de estudo.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO.....	9
1.1 – O Patrimônio e a inserção nas políticas sociais	12
1.2 - O“Patrimônio”: a formação do conceito.....	16
1.2- O Patrimônio Industrial: gênese e conceituação	21
1.3 - Arqueologia Industrial enquanto uma ferramenta de estudo do Patrimônio Industrial.....	23
1.4 – Regulamentação dos estudos acerca do Patrimônio Industrial	27
1.5 - Patrimônio Industrial: antes ou depois da Revolução Industrial?.....	32
1.6 – O Patrimônio Industrial enquanto um elemento constituinte da paisagem	37
CAPÍTULO 2 - A PAISAGEM CULTURAL: O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO, A “PATRIMONIALIZAÇÃO” E O PERTENCIMENTO.....	41
2.1 – Paisagem: conceituação e gênese.....	41
2.1.1 – Carl Sauer e a morfologia da paisagem	46
2.1.2 – Augustin Berque e Denis Cosgrove: o simbolismo da paisagem.....	49
2.2 – A paisagem e a questão do pertencimento	52
2.3 – Os diferentes significados da “Patrimonialização” da paisagem	54
3.1 – Campos dos Goytacazes: Características gerais.....	58
3.2 – O desenvolvimento da atividade canavieira em Campos dos Goytacazes.....	61
3.2.1 - O meio natural e a conformação territorial	62
3.2.2 - <i>Início e conformação do meio técnico do Norte Fluminense</i>	64
3.2.3 - Modernização do Território e Meio Técnico-científico-informacional.....	68
3.3 – Metodologia.....	72
3.4 - Unidades produtivas	74

3.4.1 - Usina Santo Antonio/Beco.....	74
3.4.1.1 – Contexto Histórico.....	74
3.4.1.2 – Caracterização dos Elementos da Paisagem.....	76
3.4.2 - Usina Paraíso/Tócos	80
3.4.2.1 - Contexto Histórico.....	80
3.4.2.2 – Caracterização dos Elementos da Paisagem.....	83
3.4.3 - Usina Cambaíba	85
3.4.3.1 – Contexto Histórico.....	85
3.4.3.2 – Caracterização dos Elementos da paisagem	87
3.4.4 - Usina Cupim/Ururaí.....	92
3.4.4.1 – Contexto Histórico.....	92
3.4.4.2 – Caracterização dos Elementos da Paisagem.....	95
3.4.5 - Usina do Queimado.....	98
3.4.5.1 – Contexto Histórico.....	98
3.4.5.2 – Caracterização dos Elementos da Paisagem.....	100
3.4.6 - Usina São José/COAGRO.....	104
3.4.6.1 – Contexto Histórico.....	104
3.4.6.2 – Caracterização dos Elementos da paisagem	105
3.5- Percepção dos moradores residentes no entorno das unidades produtivas....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXO	122

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela1 - População Residente por situação de domicílio; Estado e Campos dos Goytacazes – 1940-2000.	60
Tabela 2 - Relação das indústrias sucroalcooleiras em atividade no Estado do Rio de Janeiro de 1970 a 2005.....	71
Tabela 3 - O que remete a palavra "usina" para os moradores das localidades pesquisadas (%).	107
Tabela 4 - Destino das terras das Usinas desativadas por localidades pesquisadas (%).	108

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa territorial do município de Campos dos Goytacazes.	59
Figura 2 - Unidade produtiva no início do século XX.....	76
Figura 3 (A e B) - Solar do Beco no início do século XX	76
Figura 4 - Condomínio Residencial construído nas terras da Usina Santo	77
Figura 5 - Novos empreendimentos nas terras da Usina Santo Antonio	78
Figura 6 - Visão geral da unidade e expansão no seu entorno	78
Figura 7 (A e B) - Antiga vila dos trabalhadores da Usina Santo Antonio;	79
Figura 8 - Visão da parte posterior da Usina Santo Antonio;.....	80
Figura 9 (A e B) - Usina de Tócos no início do século XX; Símbolo da Usina;.....	83
Figura 10 - Visão frontal da Usina de Tócos;	83
Figura 11 - Visão panorâmica da Usina de Tócos;.....	84
Figura 12 (A e B) - Residências dos trabalhadores da Usina de Tócos;	85
Figura 13 - Usina Cambaíba no início do século XX;	87
Figura 14 - Entorno da estrada de acesso a Cambaíba (via BR – 356);	87
Figura 15 - Área da usina, vias de acesso e localização do aglomerado urbano..	88
Figura 16 (A e B) - Estrutura da antiga Usina Cambaíba;	89
Figura 17 - Antiga sede administrativa da Usina Cambaíba;	90
Figura 18 - Centro urbano de Campos dos Goytacazes e Cambaíba;.....	91
Figura 19 (A e B) – A Usina Cambaíba e os condomínios residenciais;	92
Figura 20 - Produção de açúcar em toneladas;.....	94
Figura 21 - Produção de cana-de-açúcar em toneladas;	94
Figura 22 (A e B) - Entrada lateral e frontal da Usina do Cupim;	95
Figura 23 - Usina do Cupim e a Serra do Mar;.....	97
Figura 24 - Resquício da antiga vila de trabalhadores;	98
Figura 25 - Antiga estrutura de produção;.....	98
Figura 26 - Usina do Queimado no início do século XX;	100
Figura 27 (A e B) - Usina do Queimado e os elementos urbanos;	101

Figura 28 - Expansão urbana sobre as terras da usina;.....	102
Figura 29 (A e B) - Antiga vila dos trabalhadores da Usina do Queimado;	103
Figura 30 - Percepção dos indivíduos acerca da possibilidade de (re) viver o período de auge produtivo das usinas (%)	108
Figura 31 - Percepção sobre a influência preterita do setor sucroalcooleiro na caracterização do município (%)	110

RESUMO

O presente trabalho relaciona os conceitos de patrimônio industrial e paisagem cultural, no contexto de Campos dos Goytacazes. Entende-se que o patrimônio industrial campista (representado pelos resquícios do setor sucro-alcooleiro) é um elemento integrante da paisagem cultural local. Porém, a relação atual é diferente da existente no período de apogeu da produção de açúcar e álcool. Com a crise do setor açucareiro, as usinas deixam de ser consideradas como elementos dominantes da paisagem local e passam a ser tidas como residuais, sendo, por vezes, empecilho às novas dinâmicas econômicas do município. Porém, seus resquícios continuam importantes, pois por seu intermédio se faz possível compreender as transformações ocorridas no ambiente no qual está inserido. É neste contexto que o conceito de patrimônio industrial ganha relevância, na medida em que seu estudo trata do modo de produzir de determinado período, ressaltando o grupo que lhe confere valor identitário, tornando possível a compreensão do modo de vida da classe trabalhadora correspondente, evidenciando a coletividade que o construiu. Dotada de sentido e ancorada sobre uma base material, a paisagem também se apresenta como uma importante fonte investigativa, sendo vista como uma expressão concentrada da identidade coletiva. Na paisagem de Campos dos Goytacazes o patrimônio industrial se sobressai. Sua leitura e interpretação permitem o entendimento de diversos aspectos que influenciaram na formação do município. Seja em zona urbana ou em zona rural, os vestígios da produção sucroalcooleira ainda se fazem presentes. Porém a percepção que se tem da mesma varia. Para entender esta situação foi-se elaborado um questionário. A escolha do local de aplicação variou de acordo com a característica do lugar. Dessa maneira as unidades produtivas trabalhadas foram: as Usinas de Santo Antonio e Queimados (unidades desativadas presentes na zona urbana do município); COAGRO e Tócos (unidades não presentes no perímetro urbano, mas ainda em funcionamento); Ururaí (unidade desativada afastada da zona urbana, contudo com um maior grau de autonomia em relação à produção canavieira) e Cambaíba (unidade desativada afastada do centro urbano e com um grau forte de dependência da produção sucroalcooleira). Num total foram aplicados 50 questionários (10 em cada entorno, com a exceção da unidade de Tócos, onde não foi possível tal ação). De maneira geral o trabalho se desenvolve buscando entender a percepção da população que reside nas redondezas acerca das unidades produtivas, verificando se as mesmas fazem parte da paisagem dominante ou residual do município.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial; Paisagem Cultural; Campos dos Goytacazes

ABSTRACT

This paper relates the concepts of industrial heritage and cultural landscape in the context of Goytacazes Field. It is understood that the industrial heritage Camper (represented by remnants of the sugar-alcohol sector) is an integral part of the local cultural landscape. However, the current ratio is different from that in the period of peak production of sugar and alcohol. With the crisis in the sugar sector, the mills are no longer considered as dominant elements of the local landscape and come to be regarded as waste, and sometimes an impediment to new economic dynamics of the municipality. However, remnants of which remain important, because through it becomes possible to understand the changes in the environment in which it is inserted. In this context, the concept of industrial heritage becomes relevant, in that their study is the way to produce a certain period, highlighting the group identity that gives value, making possible the understanding of how the working class corresponding evidence the community who built it. Endowed with sense and anchored on a base material, the landscape also presents itself as an important source investigation, being seen as a concentrated expression of collective identity. In the landscape of fields of the industrial heritage Goytacazes stands. His reading and interpretation enable the understanding of various aspects that influence the formation of the municipality. Whether in urban or rural area, the remains of sugarcane production also are present. But the perception people have the same ranges. To understand this situation was drawn up a questionnaire. The choice of injection site varied according to the characteristic of the place. Thus the productive units were worked: the plants in San Antonio and Burns (disabled units present in the urban area); COAGRO and stumps (units not present in the urban area, but still operating); Ururaí (drive off away from the area urban, yet with a greater degree of autonomy in relation to sugar cane production) and Cambaíba (drive off away from the urban center and a strong degree of dependence on sugarcane production). In total 50 questionnaires were applied (10 in each environment, with the exception of unit stumps, where such action was not possible). In general the work is developed in order to understand the perception of people living nearby about the productive units, checking whether they are part of the dominant landscape of the municipality or residual.

Keywords: Industrial Heritage; Cultural Landscape; Campos dos Goytacazes

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute as relações existentes entre os conceitos de paisagem cultural e o de patrimônio industrial, no contexto de Campos dos Goytacazes. Trabalha-se com a ideia de que o patrimônio industrial campista (neste caso, se fazendo representar pelas unidades de produção sucroalcooleira) é um elemento integrante da paisagem cultural local, tendo influenciado na conformação do município.

As discussões acerca da conceituação de paisagem cultural encontram-se em destaque atualmente, através de conferências e trabalhos realizados pela UNESCO e pela Convenção Européia de Paisagem (RIBEIRO, 2007). De maneira geral, pode-se definir paisagem cultural como o meio natural ao qual o ser humano, em sua vivência, deixou registro de suas ações, sua forma de agir e se expressar. Por seu intermédio, se faz possível remontar passados longínquos, tornando sua preservação e estudo necessário. Nesta situação, a paisagem cultural ganha status de patrimônio, tendo a necessidade de elaboração de ações específicas que visem sua salvaguarda.

No que tange ao patrimônio industrial, o desenvolvimento do seu conceito se deu principalmente na Europa pós Segunda Guerra Mundial. Seu estudo vai além das grandes estruturas arquitetônicas, com expressivo valor estético. Ele representa a cultura de um povo, enfatizando o modo de produzir. Em Campos dos Goytacazes, aspectos relativos ao Patrimônio Industrial ganham destaque, na medida em que a produção sucroalcooleira exerceu influência na caracterização da paisagem local.

Desta maneira, a fim de criar bases para uma reflexão acerca da salvaguarda da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes e com o intuito de subsidiar futuras ações que possibilitem a proteção e preservação dos remanescentes da atividade sucroalcooleira, o presente trabalho tem como objetivo apreender a percepção que os indivíduos residentes no entorno das unidades produtivas possuem sobre a presença da mesma na paisagem local. Busca-se entender se estes consideram os vestígios da produção canavieira como

um elemento constituinte da paisagem campista. Se sim, procura-se compreender se, levando em consideração o conceito de Denis Cosgrove (1998), estão inseridos na paisagem dominante, alternativa ou residual do município.

Um aspecto importante para a elucidação dessas questões diz respeito ao local em que as unidades produtivas estão inseridas. Busca-se entender de que forma a localização das usinas e as características do seu entorno influenciam na percepção dos indivíduos. Sendo assim, procura-se compreender até que ponto a configuração do meio (inserção no meio rural ou urbano, se distante ou próxima ao centro do município, em zona com relativo grau de autonomia ou em locais ainda dependentes da atividade, se em funcionamento ou falida) influencia na percepção dos moradores que residem em seu entorno.

Para tanto, o trabalho foi organizado em três capítulos, descritos a seguir. No Capítulo Um apresento as discussões relacionadas ao patrimônio industrial. Num primeiro momento, o patrimônio é inserido enquanto um campo das políticas sociais. Posteriormente trato da gênese do conceito e como seu estudo veio se consolidando com o passar dos anos. A partir deste ponto, abordo as questões referentes ao patrimônio industrial, trabalhando com os autores que o desenvolvem, enfatizando a questão da arqueologia industrial, seu processo de regulamentação, suas principais discussões e tratando-o como um elemento constituinte da paisagem cultural.

No Capítulo Dois abordo as questões relacionadas ao conceito de paisagem. Trato da gênese e o processo de construção do conceito. Assim, abordo os principais autores que contribuíram para sua consolidação e desenvolvimento. Neste ponto se destaca os trabalhos de Carl Sauer, onde a morfologia da paisagem é ressaltada, e os escritos de Augustin Berque e Denis Cosgrove que enfatizam os aspectos relativos à sua simbologia. Este capítulo trata ainda da relação entre o indivíduo e a paisagem, de como as características de grupos sociais são plasmadas na paisagem do município, dando um sentimento de pertencimento a mesma. Por fim, abordo as questões relativas ao processo de “patrimonialização” da paisagem, buscando inserir esse processo com a realidade do município.

O Capítulo Três está dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa que foi desenvolvida, abordando os instrumentos utilizados, a descrição da área estudada e os procedimentos adotados. Nele, a relação entre a atividade sucroalcooleira e a configuração do município é enfatizada. Além disso, busca-se caracterizar as unidades produtivas, com um breve histórico e descrição do entorno, enfatizando a percepção que os moradores residentes no entorno das unidades possuem acerca da mesma, destacando os principais fatos. Por fim, a conclusão apresenta uma síntese acerca das principais questões observadas, baseada nas informações geradas pelo trabalho.

CAPÍTULO 1 - O CONCEITO DE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A SUA INSERÇÃO ENQUANTO UM ELEMENTO DA PAISAGEM CULTURAL

Cada engenho é uma máquina e fábrica incrível. Em cada um, de ordinário há seis, oito ou mais brancos e, ao menos, 60 escravos, que se requerem para o serviço. Os trapiches, engenhos que moem a cana com bois, requerem 60 bois, os quais moem de doze em doze, revezados: começa-se de ordinário a tarefa à meia noite e acaba-se no dia seguinte às três ou quatro horas depois do meio dia. Em cada tarefa se deita 60 a 70 formas de açúcar branco e mascavo. Cada forma tem mais de meia arroba. Os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos. Tem necessidade cada engenho de feitor, carpinteiro, ferreiro mestre de açúcar com outros oficiais, que servem do purificar. Os mestres de açucares são os senhores do engenho, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhes dão mesa, e cem mil réis, e outros mais a cada ano (CARDIM, 1978: 193).

1.1 – O PATRIMÔNIO E A INSERÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O que é Política Social¹? Responder esta indagação é uma tarefa difícil e tem tido como reflexo direto, a produção de diversas obras, trabalhos, e pesquisas, tanto de caráter básico como aplicado. Santos (1987) afirma que tal complexidade advém da abrangência e amplitude do termo, suscitando diversas discussões, mas sem dar uma definição exata que abarque tudo o que ela corresponde. Porém, o esforço de conceituar políticas sociais é uma tarefa necessária, na medida em que sua definição delimita e expõe uma série de características que embasam as ações daqueles que a utilizam. Assim sendo, mesmo que não consiga abranger tudo o que necessita a definição do que vem a ser “política social” determina similaridades que indicam caminhos conceituais escolhidos.

¹ A expressão “política social” surge na Alemanha, em meados do século XIX

Abranches (1987) relaciona política social com a política, afirmando que se a última fosse um contrato, a primeira seria uma cláusula intocável, cuja responsabilidade de cumpri-la ficaria a cargo do Estado. Ainda nessa relação, o mesmo autor atribui diversas características da política a políticas sociais, tais como: conflito, oposição, contradição, se tornando um jogo desequilibrado de poder, que ressalta os detentores, depreciando as chances dos mais fracos. Isto implica afirmar que os grupos sociais que possuem os melhores meios e instrumentos são os que promovem maior pressão, obtendo maiores benefícios do Estado. Indo além, Abranches (1987) afirma que a definição das políticas sociais é influenciada pela tensão oriunda da relação entre a acumulação de capital e a promoção da equidade social. No contexto liberal, o Estado privilegia ações que visem à garantia da liberdade individual, da propriedade e da acumulação, fazendo com que as políticas sociais busquem principalmente compensar o mal-estar, os custos sociais e os efeitos perversos oriundos do processo de acumulação.

Com isso, acaba-se por confundir as políticas sociais que visam à equidade com as políticas voltadas ao combate da pobreza. A primeira tem por função garantir os padrões mínimos de vida ao indivíduo, tendo como meta a universalização dos direitos, instrumentalizando opções que assegurem a sua inserção enquanto cidadão, enquanto a segunda busca retirar da condição de miséria aqueles destituídos dos meios elementares de sobrevivência (ABRANCHES, 1987). Os padrões mínimos de vida vão além das necessidades ditas básicas, ligadas somente a sobrevivência física do indivíduo. As políticas sociais deveriam, em seu âmago, contemplar, não somente os anseios de cunho biológico, mas também suprir as necessidades culturais, socialmente determinadas, que definem um mínimo de bem-estar ao indivíduo. Neste sentido, pode-se fazer uma associação aos escritos de Marshall (1967), quando o mesmo expõe² que cada vez mais os indivíduos, enquanto seres inseridos na

2 Marshall constrói essa análise ao estudar o crescimento da sociedade industrial inglesa do século XIX.

comunidade, dão mais valor à educação e ao lazer do que ao aumento salarial. Com isso, gradativamente, passam a aceitar os seus deveres públicos e privados de cidadão, tornando-se cavalheiros³.

A construção dos direitos sociais requer uma atenção especial ao debate acerca da constituição da cidadania. Políticas sociais devem estar voltadas para a inserção do indivíduo na sociedade, tornando-os aptos a requererem seus direitos e exercerem seus deveres. Ações que visem o combate à fome e a diminuição da miséria, não devem ser preteridas. Porém, há de se voltar à atenção para a obtenção de um mínimo exigido para que o indivíduo se torne um cidadão e se insira realmente na sociedade. E é nesse contexto que a cultura emerge como um ponto relevante a ser tratado. Dar ênfase a questão cultural é um elemento importante para a construção da cidadania. O indivíduo educado, culturalmente inserido na sua comunidade torna-se apto a defendê-la e a exercer seu papel enquanto cidadão, pois se sente parte do todo. Porém, deve-se ter clara e definida a discussão cultural que está sendo posta e, por conseguinte, qual a finalidade da política cultural que está sendo construída.

Pode-se definir política cultural como qualquer outra política, tal como saúde, educação e habitação, na medida em que são tratadas como ferramenta para a solução de algum problema. No entanto, as políticas culturais necessariamente se diferenciam porque *“não se tratam de simples reflexos de demandas lineares ou de problemas objetivos que se impõem de forma natural (...)”* (IPEA e MINC, 2007:12). Coelho a define como sendo:

(...) programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (1999: 293).

Desta forma, as políticas culturais são o conjunto de iniciativas tomadas pelos agentes mencionados anteriormente, com o intuito de promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio cultural

3 Marshal (1967) relaciona o cavalheirismo a noção de cidadão.

e o ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável. Essas ações tendem a se refletir no processo de constituição da cidadania, possibilitando aos indivíduos elementos que o incluam em determinado grupo, fazendo-o interagir com seus pares na sociedade. Dentre as políticas culturais destaca-se a de preservação do patrimônio. O termo patrimônio faz referência a um bem ou conjunto de bens culturais (materiais ou imateriais) e naturais que possui valor para um determinado grupo, sendo, com isso, propriedade de todos (ASSUNÇÃO, 2003). Na medida em que pertença ao todo e seja o seu representante, sua preservação se faz necessária, para que assim seu usufruto seja possível ao mesmo tempo em que sua transmissão às gerações futuras seja uma realidade.

Ao longo do tempo, o termo assume diversos adjetivos (histórico, imaterial, natural, genético, etc.) tornando-se, segundo Choay (2006), um conceito “nômade”, se adequando e englobando diferentes características ao mesmo tempo. Quando se trabalha com a paisagem, as relações entre essas diferentes facetas se tornam evidentes, na medida em que há uma interação dos elementos que compõem o patrimônio natural com o cultural. Com isso, o arquitetônico, o urbanístico são características tão marcantes e importantes quanto o ambiental, o ecológico, já que suas análises permitem a identificação social de um determinado grupo. Neste sentido, defender e estimular sua preservação são maneiras de buscar e garantir a proteção do grupo que nela se faz representada.

Na realização desta tarefa deve-se ressaltar o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (UNESCO). Criada em 16 de novembro de 1945, durante a convenção de Londres, tem como objetivo principal contribuir para a manutenção da paz e da segurança mundial por intermédio da educação, da ciência, da cultura e da comunicação (ASSUNÇÃO, 2003). No trato dos casos específico referentes à cultura, os membros integrantes voltam seus esforços para a salvaguarda dos testemunhos da sociedade sobre o meio em que se estabeleceu. E é neste sentido que uma de suas funções⁴ é ressaltada. Para a

⁴ Segundo Machado e Pereira (2008) a primeira função é a de servir como um laboratório de idéias; a segunda é a de compartilhar, transferir e disseminar informações e conhecimento entre

proteção desses bens, a organização age de maneira normativa criando Recomendações, Declarações, Cartas, que geram direitos ou obrigações e que devem ser seguidas por seus países membros, além de orientar políticas públicas que visem à salvaguarda dos seus bens culturais (MACHADO & PEREIRA, 2008).

1.2 - O “PATRIMÔNIO”: A FORMAÇÃO DO CONCEITO

O trato do patrimônio nos remete a herança acumulada ao longo dos anos, tanto por indivíduos quanto por grupos, que reconhecem num determinado bem singularidades especiais, seja de valor econômico, afetivo ou simbólico. Se tidos como uma representação da coletividade são tratados como uma resultante e um significante do processo cultural. Assim, conceder a algo o status de patrimônio é enfatizar a característica peculiar de um grupo, ressaltando-a como uma representação de sua dinâmica. Sua etimologia está relacionada, originalmente, a herança paterna, ou seja, aos bens materiais transmitidos de pai para filho. Proveniente do latim *patrimonium*, derivada de *pater* (pai) o termo guarda em si a idéia de propriedade, que no caso específico, diz respeito aos pertences de uma nação (CHAUI, 1992).

Enquanto conceito, diversas foram as acepções construídas, variando de acordo com o contexto inserido. Sob a forma de herança social o termo aparece na França pós-Revolucionária, com os intelectuais imbuídos nos ideais iluministas, que atribuíram ao Estado o papel de tutelar e proteger os resquícios que representavam a história da nação (FUNARI e PELEGRINI, 2009; TEIXEIRA, 2006). Têm-se então a noção de que o patrimônio é de todos e como tal deve ser preservado para que as características de um povo sejam protegidas, cabendo ao Estado o estabelecimento dos seus limites físicos e conceituais (FONSECA, 2005).

seus Estados-membros; a terceira tem haver com a formação e capacitação dos recursos humano e institucionais; e a quarta é de catalisar a cooperação internacional.

A realização desta tarefa gerou exclusões, na medida em que um Patrimônio, com determinadas características, era tido como nacional, outros ficavam as margens, tendo seus referenciais sobrepostos em função de algo comum a todos. Dessa maneira o processo de “patrimonialização” torna-se uma ação política, pois a escolha e classificação dos bens que deveriam servir para representar toda nação, passam a ser utilizado pelo Estado como uma ferramenta de afirmação e reafirmação de suas ações (FONSECA, 2005). Assim, o patrimônio se torna uma construção subjetiva, variando de acordo com o contexto, mudando de significado na medida em que diferentes valores forem acrescidos ao seu entendimento. Sobre este ponto Fonseca ressalta (2005):

Se os valores que se pretende preservar são apreendidos na coisa e somente nela, não se pode deixar de levar em consideração o fato obvio de que os significados nela não estão contidos, nem lhe são inerentes: são valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de re-elaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social (2005: 41).

Atualmente novas variáveis são introduzidas no entendimento de um bem enquanto patrimônio. Por este motivo, seu sentido é ampliado deixando de ser apenas o que se herda, mas também o que constitui e influencia a consciência de um grupo, sendo campo de negociações, disputas, etc. Este processo ocorre atrelado ao processo de globalização (responsável pela mudança no ritmo das transformações sociais, as intensificando) tornando, segundo Santos (2001), necessária a tutela dos bens culturais de um povo, a fim de manter ressaltada sua identidade, evitando a supressão, dissipando a geração antecedente. Além disso, neste novo contexto, (consolidação do processo de globalização - entendida não apenas como a mundialização do capital, mas sim como um processo que possibilita um maior contato entre diferentes comunidades, tornando as fronteiras tradicionais mais porosas) assuntos nacionais tendem a se tornar causas comuns da humanidade. Assim, a homogeneização e uniformização dos aspectos culturais tornam-se um risco cada vez mais presente na medida em que o contato é

intensificado e acelerado, possibilitando a imposição de modelos por parte dos centros criadores de consumo e detentores do poder (SANTOS, 2001).

Por outro lado, a particularização das culturas (tida como uma estratégia de fuga da homogeneização) também ganha um novo contorno no contexto da globalização. Neste âmbito têm-se ressaltado a singularidade, a autenticidade e a particularidade do patrimônio, que por sua vez adquire função de mercadoria, podendo ser empacotado, fabricado e distribuído para ser consumido (CHOAY, 2006). Com isso, como afirma Harvey (2005), a cultura é transformada em commodities⁵, onde o capital absorve as tradições locais e as inovações culturais, transformando-as em renda, gerando lucro. Para Chauí (1992) essa característica fica evidente quando se percebe a disparidade existente entre a preservação dos bens móveis e imóveis. Para a autora, ao se proteger objetos de arte, coleções de documentos privados, fotografias, mobiliário, etc. há uma contribuição para a valorização das mesmas perante as leis do mercado, devido à significância que lhe é atribuída, ganhando o status de antiguidades. Porém, quando se aplica a legislação aos bens imóveis há uma desvalorização das mesmas. Essa situação explicita o controle da classe dominante sobre o critério e as práticas de preservação, sendo materializada pelo cultivo do consumo sofisticado.

No Brasil, a visão elitista sobre o patrimônio se faz presente desde a constituição das políticas de preservação. Criado como secretaria⁶ durante o Governo Vargas, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão federal responsável pelo trato do patrimônio em nosso país. Em sua gênese tinha por finalidade a salvaguarda dos bens edificados de caráter histórico e artístico que, segundo os intelectuais, representassem a nação. Num primeiro momento, o SPHAN preconizou a proteção dos remanescentes da arte colonial brasileira, afirmando que estas corriam riscos por conta do processo de urbanização que se acelerava, dos saques e comercialização indevidos dos bens

⁵ Entende-se commodities como produto primário que possui valor no mercado de ações.

⁶ A Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) nasce concomitantemente ao IBGE e CNG, fruto de uma política cujo objetivo era inventar a nação, organizando-a simbolicamente de maneira harmônica (CASTRO, 2005).

móveis. Neste período suas ações foram desenvolvidas visando à salvaguarda dos bens do século XVI, XVII e XVIII, ressaltando a arquitetura religiosa, permitindo assim, ao longo do tempo, a formulação de critérios seguros para as decisões sobre o tombamento e o processo de restauro. Tal situação representava o interesse das classes mais altas, já que as mesmas consideravam que o modelo de civilização a ser seguido estava contido nos países desenvolvidos estrangeiros e que a única maneira de o Brasil crescer era copiando esses tipos externos (FONSECA, 2005).

No que tange ao tombamento, os critérios utilizados pelo SPHAN não se baseavam em estudos ou na opinião pública, mas sim na autoridade dos agentes da instituição que respondia pelo tombamento. Com isso, a valoração e a seleção dos bens a serem protegidos eram feitas quase que exclusivamente pelos funcionários do órgão e seus colaboradores. Assim, os padrões estabelecidos levavam em consideração mais a visão do indivíduo preterindo a noção do todo. Entretanto essa situação não era tida como verdadeira para os intelectuais responsáveis pelo processo, pois os mesmos acreditavam na legitimidade do exercício dessa autoridade, na medida em que a sociedade ainda não tinha alcançado a consciência desses valores, cabendo ao Estado sua definição (que se fazia por intermédio de sua figura).

Outra característica ressaltada por Fonseca (2005) no que diz respeito à atuação do SPHAN é a de que havia, no desenvolvimento do processo, uma preocupação intensa em se elaborar critérios para a avaliação do valor artístico do bem, preterindo o seu valor histórico. Assim, a constituição do patrimônio brasileiro se deu a partir de uma perspectiva predominantemente estética, não tendo a preocupação de incorporação da história nacional nos seus estudos (tanto que não havia historiador no seu quadro de funcionários). Na década de 1960 esse quadro ganha novos contornos. Isto ocorre devido aos movimentos entorno da cultura popular, como resistência a ditadura, levado adiante pelos estudantes e operários e pelos avanços dos anos 70 em outras partes do mundo, sobretudo na Europa. Essa nova situação influencia a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, que procurou ampliar o debate crítico acerca do patrimônio

cultural a esfera conceitual. Neste âmbito o CNRC voltou sua atenção para o tratamento da cultura viva, dando ênfase ao saber popular, tentando tornar mais nacional à cultura brasileira. Porém, ainda persistia a idéia que era de responsabilidade dos intelectuais a produção do conhecimento e valorização da cultura (FONSECA, 2005).

A partir da década de 1980 há uma mudança no tratamento da política cultural no Brasil. Com destaque para a atuação de Aloísio Magalhães, os debates acerca das políticas culturais de preservação nacional ganham novos contornos, com a inserção da população nas discussões, entendendo que este não pode ser visto como um simples objeto de estudo, mas sim como co-autor do processo. Neste contexto, há uma mudança de perspectiva do patrimônio cultural brasileiro possibilitando a inserção de novos grupos até então marginalizados (Indígenas, negros, populações rurais, etc.). Essa nova perspectiva que norteia o patrimônio cultural nacional é refletida na Constituição de 1988. Isso fica claro no artigo 215 quando registra-se que:

(...) o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais; protegendo as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988: art. 215).

Nesse documento têm-se há também uma ampliação do conceito de patrimônio cultural, onde o mesmo passa a ser definido como “(...) *os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*” (BRASIL, 1988: art. 216). Assim abre-se espaço para a valorização da cultura popular, com suas práticas, crenças e valores simbólicos, conferindo importância a novos grupos sociais, possibilitando assim o exercício da cidadania (FONSECA, 2005).

Quando trabalha-se com o Patrimônio Cultural aborda-se bens com diferentes características. De maneira geral pode-se dividi-lo em material e imaterial, levando em consideração as características intrínsecas do bem. Mas

também o podem ser agrupados enquanto Arquitetônico (e/ou Edificado), Natural (e/ou Ambiental), Arqueológico, Artístico e Religioso. Cabe ressaltar que esta classificação não é definitiva, podendo ser alterada de acordo com o ponto de vista utilizado ou de acordo com a especificidade do patrimônio em questão. É o caso do patrimônio industrial.

1.2- O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: GÊNESE E CONCEITUAÇÃO

Ao se definir o patrimônio industrial deve-se levar em consideração que o mesmo não trata apenas de grandes estruturas, com grande valor arquitetônico, máquinas antigas ou espaços ociosos que foram engolidos pela modernidade, onde se dava o funcionamento de determinada produção. Seu conceito vai além, sendo parte constituinte da vida de homens e mulheres comuns, que lhe confere valor identitário e, através de seus estudos, faz-se possível compreender o tipo de industrialização (e tecnologia) de uma época, assim como o modo de vida da classe trabalhadora correspondente (SILVA, 2006). Os vestígios materiais das atividades produtivas tais como, fábricas antigas, ferramentas e edificações que as abrigam, têm uma excepcional importância não só para o arquiteto, construtor e engenheiro, mas também para o historiador, sociólogo, arqueólogo, ou seja, todos os estudiosos que tenham o desenvolvimento da sociedade como foco de pesquisa, pois através destes testemunhos materiais se faz possível compreender as transformações ocorridas em uma sociedade e a maneira pela qual estas se deram (DIPPOLD e FONSECA, 2004).

Para Vichnewski (2004) o estudo do patrimônio industrial refuta uma leitura exclusiva do local de produção enquanto edifício, limitado aos aspectos particulares, tecnológicos e artísticos, excluída de uma complexa rede coordenadora que o define historicamente. Este objeto se apresenta segundo uma série de níveis de leitura, de aspectos ou de linguagens, todos intimamente relacionados, indispensável para o entendimento do espaço material no qual se desenvolveu uma dada sociedade industrial. Sendo assim, ele representa todos os vestígios, sejam móveis ou imóveis, que condicionaram as atividades industriais.

No mesmo sentido, Alves (2003) afirma que o patrimônio industrial é um conceito amplo, que trata dos edifícios industriais ou exemplares arquitetônicos excepcionais, mas engloba também seus produtos, equipamentos e vestígios técnicos, mesmo que de pequeno porte, suas documentações, testemunhos e a própria organização industrial. Mendes (2000), ao conceituar o patrimônio industrial, ressalta que o mesmo vale essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem em que se revela como ícone, pelas relações que estabelece com o espaço e as memórias na diversidade de referências. Com isso, a compreensão deste como algo a ser preservado passa pela subjetividade do indivíduo, sendo classificado certas vezes como um “patrimônio controverso”. Esta classificação se dá devido a vários fatores em que podemos citar como exemplos: a sua associação ao trabalho e a produção industrial, que lhe dá um aspecto pragmático; além de ter contra si o fato de não estar, de maneira geral, ligado a eventos de índole político-militar e religiosa que, até recentemente, constituía o principal foco de estudo da Academia; e também pelo componente estético que destoa dos gostos mais em voga entre os elementos dos grupos sociais dominantes.

Mediante esta característica, o autor aponta que sua proteção ou reutilização deve alicerçar-se, principalmente, no seu o valor artístico, valor histórico e o valor de uso. No primeiro caso, o aspecto a ser ressaltado é a evolução da arquitetura industrial, remetendo aos períodos das antigas oficinas e manufaturas, trazendo até os dias atuais, enfatizando os detalhes das pequenas construções, feita inteiramente por processos manuais, que era comum no período que antecedeu a Revolução Industrial. No que diz respeito ao valor histórico leva-se em conta que determinada instalação industrial, além de ser considerada um monumento, é simultaneamente um documento, que se torna relevante não apenas pelo seu aspecto exterior, mas também por ser o lócus de uma série de relações entre o ambiente físico e humano, continuamente transformado pelo desenvolvimento industrial. Assim, independentemente do seu valor estético, as estruturas industriais podem nos transmitir informações diversas, de grande valia para o entendimento das relações da fábrica com o seu entorno. Como exemplo

temos as chaminés, que são destacadas na paisagem, constituindo um símbolo característico da industrialização, capaz de elucidar aspectos sobre o processo de transição da oficina em fábrica. Outro exemplo é a utilização de uma nova forma de energia, o vapor, bastante inovadora para a época e indissociavelmente ligada à primeira revolução industrial, servindo como símbolo de prosperidade e relacionado também a aspectos negativos, como a poluição. O mesmo autor cita também, como fontes históricas, os alojamentos de patrões, técnicos e operários. Por fim, no que tange ao valor de uso, há de se levar em consideração às necessidades da comunidade e, simultaneamente, procurando seu envolvimento e colaboração nos projetos de preservação e requalificação. Sobre essa situação Mendes ressalta que não há soluções uniformes ou pré-estabelecidas para o problema, pois dependerá do respectivo meio, suas necessidades e condições (MENDES, 2006).

1.3 - ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL ENQUANTO UMA FERRAMENTA DE ESTUDO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

No decorrer dos estudos relativo ao patrimônio industrial constantemente têm-se utilizado o termo arqueologia industrial, sendo, por vezes tratados como sinônimos. Segundo Campagnol (2008) a arqueologia industrial surgiu da necessidade de preservação dos resquícios industriais ameaçados, estabelecendo critérios e métodos para sua análise, servindo como uma ferramenta de estudo, análise, levantamento e proteção do patrimônio industrial. No mesmo sentido, Silva (2008) afirma que sua constituição está intimamente ligada ao processo de promoção, valorização e preservação do patrimônio Industrial, suscitando nos diferentes grupos sua proteção, enfatizando suas implicações e influencia na construção da sociedade atual.

Kuhl (2009) reafirma a diferença entre os dois termos. Para a autora a arqueologia industrial tem como foco o estudo, a análise e o registro das formas de industrialização, tendendo a sua preservação, quando reconhecido enquanto um bem cultural. Já o patrimônio industrial aparece como resultante dos estudos

da arqueologia industrial, constituindo-se dos bens que foram identificados como merecedores de preservação. Segundo Cordeiro (2004) o termo arqueologia industrial foi utilizado pela primeira vez em 1896, por Francisco de Souza Viterbo, mas só ganharia relevância entre a década de 1950 e 1960, com o crescente e generalizado interesse de estudiosos da Grã-bretanha. Sobre o assunto, Gómez e Badillo afirmam que:

La Arqueología Industrial nace en Inglaterra, como una necesidad histórica, más como movimiento que como disciplina, en respuesta a un acelerado cambio tecnológico, que contradictoriamente, destruye con gran velocidad los testimonios de su desarrollo (2004:1).

Neste período a arqueologia industrial ganha status de disciplina e passa a ser ensinada na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Este fato, conforme aponta Kuhl (2008), suscitou polêmica naquele momento, pois o estabelecimento de limites precisos (enquanto matéria) interfere na sua característica principal, que é a capacidade multidisciplinar que detém. Sendo assim, entendia-se que a arqueologia industrial deveria basear-se em diversos referenciais teóricos-metodológicos, de distintos campos do saber (sociologia, história, arqueologia, antropologia, arquitetura, restauração, etc.), não se prendendo a uma formulação específica, fazendo referencia ao legado das indústrias. Nas palavras de Kuhl:

A arqueologia industrial, assim, não se caracteriza como disciplina autônoma; é um vasto tema de estudo que exige a multidisciplinaridade e a articulação de variados campos do saber. O interesse da arqueologia industrial é de fato tratar esse tema – o legado da industrialização em suas numerosas facetas – de maneira abrangente com a colaboração das diversas disciplinas envolvidas, evitando uma pulverização de competências que pode, inclusive, levar a uma crescente opacidade de linguagem e uma esterilidade da produção científica (2009: 44).

Apesar do intenso debate ocorrido na década de 50 e 60, a arqueologia industrial continua sem definição, com forte tendência ao pragmatismo na sua aplicação, ou seja, atualmente, quando se trabalha o termo, o aspecto conceitual metodológico está sendo preterido em função dos estudos de caso, sem uma

reflexão acadêmica, que a relaciona com a preservação do patrimônio industrial (KUHL, 2009).

Num primeiro momento, os estudos históricos e sociológicos relativos ao patrimônio industrial ocorriam através das pesquisas sobre a história das ciências, da técnica, econômica e social, voltados ao processo de industrialização, produção de energia e meios de transporte (KÜHL, 2006). Porém, na maioria dos casos, estes estudos preteriam os vestígios materiais da industrialização, relacionando-os de maneira pragmática com sua utilidade. Ora, as estruturas onde se dava a produção eram um subproduto do desenvolvimento industrial e se não funcionam, seriam, sistematicamente, desativados, esquecidos ou destruídos, evitando assim que se tornasse um entrave à nova dinâmica desenvolvimentista (MENDES, 2000).

O interesse acerca da preservação do patrimônio industrial aparece primeiramente na França, no século XVIII, de maneira isolada, em resposta ao processo chamado “vandalismo revolucionário”⁷. Contudo as questões relativas à sua proteção se intensificaram recentemente, no início do século XX. Este fato ocorreu influenciado pela destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e pelo desenvolvimento econômico acelerado, ocorrido no seu término, que trouxe consigo um caráter destrutivo. Neste momento, são desenvolvidos estudos levando em consideração as potencialidades histórico-culturais e até econômicas do tema, argumentando que estas estruturas não só eram partes integrantes do patrimônio cultural, como também deveriam constituir o objeto de uma nova ciência, disciplina ou ramo de saber, a Arqueologia Industrial.

Na década de 1960 o debate relativo a proteção do patrimônio industrial ganhou maior vigor, devido a destruição de importantes testemunhos arquitetônicos na Inglaterra, fruto de um processo de expansão e revitalização da área urbana (KUHL, 2009). Segundo a autora, neste momento, vários foram os esforços feitos para se definir a temática e conhecer o patrimônio resultante do

⁷ Segundo Kuhl (2006) durante Revolução Francesa constantes foram os saques e destruição de todo símbolo que ressaltava as antigas classes dominantes, incluindo as estruturas de produção.

processo de industrialização. O primeiro autor a ganhar destaque foi o inglês Michael Rix com os livros: “O historiador Amador” (onde defendeu a importância do resgate e conservação dos vestígios materiais herdados da Revolução Industrial, com base em seu valor histórico e identitário para grupos sociais) e “Industrial Archaeology” (na qual traça os principais fatos relacionados com o desenvolvimento do estudo da Arqueologia Industrial na Grã-bretanha). Nesta obra o autor traz uma das primeiras definições de arqueologia industrial, afirmando que:

Arqueologia Industrial pode ser definida como registro, preservação de casos selecionados e interpretação de locais e estruturas do início das atividades industriais, notadamente os monumentos da Revolução Industrial (RIX, 1967: 5).

Neste período outros autores ingleses se destacaram com seus estudos acerca do patrimônio industrial, dentre os quais destacam-se Kenneth Hudson (Industrial Archaeology), Roberto Angus Buchanan (Industrial Archaeology in Britain) e Neil Cosson (Industrial Archaeology of the Bristol Region), cuja característica em comum foi a maneira pela qual os mesmos estruturaram seus textos, onde num primeiro momento apresentavam propostas de definição de arqueologia industrial, o interesse específico de proteção, a importância do mesmo e qual a melhor forma de abordá-lo (KUHL, 2009).

A preocupação pela preservação dos resquícios industriais foi se consolidando em diferentes países no decorrer da segunda metade do século XX. No entanto, os debates eram direcionados muito mais de compreender e definir a abrangência da arqueologia industrial do que trabalhos efetivos para a preservação do patrimônio industrial (CAMPAGNOL, 2008). Kuhl (2009) destaca a forma com o que esse processo se deu na Suécia, sendo considerada a melhor das experiências, com uma fundamentação histórica consistente baseada em diversos estudos e no interesse popular sempre presente.

No Brasil o interesse pelo tema se deu tardiamente, tendo a primeira obra nacional que tratava dessas questões, publicada em 1978, pelo historiador Warren Dean intitulado “A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial”.

Essa fábrica foi a primeira a empregar o vapor como energia na província de São Paulo e suas atividades foram iniciadas em dezembro de 1869. Nesse estudo, Dean faz um quadro das circunstâncias e do processo de industrialização da época, descreve minuciosamente as relações sociais da fábrica com a cidade, a tecnologia empregada na produção e construção da São Luiz, além de um estudo da arquitetura e de sua trajetória histórica. Os edifícios da fábrica, existentes até hoje, fazem parte dos atrativos turísticos da cidade, e podem ainda ser visitados (VICHNEWSKI, 2004).

Antes disso, porém, em 1964, o IPHAN tomba os remanescentes da Real Fábrica de São João do Ipanema, no município do Iperó (SP). Esta fábrica foi uma siderúrgica criada em 1811 por D. João VI e representava o principal empreendimento de fabricação e exploração de ferro no Brasil, produzindo grades, equipamentos agrícolas e armas brancas⁸. No entanto, não se desenvolveram estudos, nos órgãos de preservação, visando a sistematização e proteção desse bem, tornando quase nula a tutela oficial dos bens vinculados ao processo de industrialização (KUHL, 2009). Vichnewski (2004) afirma que atualmente, o estudo e a preservação do patrimônio industrial no Brasil ainda está na sua fase inicial. Poucas indústrias e instalações utilitárias são preservadas, principalmente por serem consideradas um bem patrimonial menor e por serem alvo de pressões econômicas para especulação imobiliária. O mesmo autor complementa dizendo que no Brasil há uma falta de preocupação com o Patrimônio Industrial, não dando a devida assistência às estruturas do período colonial, nem as do século XIX e XX.

1.4 – REGULAMENTAÇÃO DOS ESTUDOS ACERCA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A noção de Patrimônio Industrial, ao longo do século XX veio ganhando diferentes contornos e adquirindo uma regulamentação com o intuito de melhor direcionar as suas ações. Num primeiro momento, com a Carta de Atenas, produzida em outubro de 1931, elaborada pela Sociedade das Nações, via-se os

⁸ Processo 0727-T-64, Arquivo Noronha Santos, RJ

resquícios industriais como algo danoso ao monumento histórico, e com isso recomendava-se a sua eliminação, com: “(...) a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história” (IPHAN, 1995: 2).

No mesmo sentido, a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios, produzida em 1962 pela Unesco, em Paris, tratou de maneira pejorativa os resquícios industriais, assim como minas, pedreiras e diversas outros elementos culturais, pois os mesmos ameaçavam as paisagens e sítios, e por isso deveriam ser controlados. Com isso, eram considerados mais um entrave do que algo a ser valorizado e conservado (se o fizesse, somente com o intuito de minimizar os perigos e sempre ressaltando a paisagem e o belo). Tal concepção ganha novos contornos a partir da década de 1960, com um redimensionamento da noção do patrimônio cultural, num período que Choay (2003) denomina de “culto ao patrimônio”. A partir deste momento os bens menores, que revelam a cultura material e o cotidiano dos grupos passam a ser ressaltados, trazendo para o processo os resquícios da produção industrial. Como aponta a autora:

As fronteiras de seu domínio ultrapassaram, especialmente a jusante, os limites considerados intransponíveis da era industrial, e se deslocaram para um passado cada vez mais próximo do presente. Assim, os produtos técnicos da indústria adquiriram os mesmo privilégios e direito a conservação que as obras de artes arquitetônicas e as laboriosas realizações de produção artesanal (CHOAY, 2003: 209).

Essa nova situação é refletida na elaboração da Carta de Veneza, em 1964, redigida pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS⁹. A mesma enfatiza a necessidade de proteção dos grandes monumentos históricos (urbanos ou rurais), que testemunham a evolução histórica de um determinado

⁹ O ICOMOS é uma organização, civil internacional, ligada a UNESCO, que tem com uma de suas funções o aconselhamento no que se refere aos bens que receberão a classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade.

grupo. Esta pode ser tanto uma grande criação, como “(...) obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural” (IPHAN, 1995; p.1). Mesmo com estes avanços, as discussões referentes à proteção do patrimônio industrial ainda não estavam bem definidas.

Na década de 1970 o debate acerca do patrimônio industrial, sua salvaguarda e seus aspectos conceituais são intensificados. Em 1975, com a Carta de Amsterdã, têm-se consolidado a idéia de que os monumentos são partes integrantes do patrimônio cultural, pois auxiliam a remontagem de determinado grupo. Concomitantemente, diversos países começam a trabalhar na proteção dos seus resquícios industriais, trocando experiências, criando inventários, promovendo debates, etc. (CAMPAGNOL, 2008; KUHL, 2009). E é neste contexto que em 1978, surge o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), que realiza desde então reuniões científicas periódicas para desenvolvimento da temática. Este órgão se estrutura a partir de vários congressos internacionais, sendo que o mais importante ocorreu em *Ironbridge*, 1973, pois foi o primeiro e o III Congresso Internacional sobre Patrimônio Industrial, em Estocolmo, o qual motivou sua criação. Vichniewski (2004) conceitua o TICCIH como:

(...) uma organização mundial para a arqueologia industrial, que fomenta a proteção, investigação, documentação e formação, em todos os aspectos do patrimônio industrial, e se encarrega em promover a cooperação internacional, apoiando congressos sobre patrimônio industrial na Europa, na América Latina e em outros países. Atualmente, há nessa organização representantes e correspondentes nacionais de 54 países (2004: 5).

Cabe ressaltar que ainda hoje o TICCIH, juntamente com o ICOMOS, atua no debate acerca da preservação do patrimônio industrial. Além disso, a UNESCO criou grupos específicos que elaboram estudos e trabalham nas definições de critérios para a inserção dos resquícios industriais na lista do Patrimônio da Humanidade. Porém, mesmo com essas ações, a proteção efetiva do patrimônio industrial ainda é difícil (KUHL, 2009).

Das ações elaboradas pelo TICCIH merece destaque a reunião realizada em 2003¹⁰, na Rússia, mas especificamente na cidade de Nizhny Tagil, na qual foi redigida e aprovada uma carta que tratava diretamente das questões relativas ao patrimônio industrial. Este documento evidenciou a importância da herança oriunda da industrialização, expondo sobre temas vinculados a sua preservação (KUHL, 2009). A Carta de Nizhny Tagil foi apresentada para ratificação na XV Assembléia Geral do ICOMOS, na China e aprovada no evento seguinte, em 2008, no Canadá, pela UNESCO (CAMPAGNOL, 2008; KUHL, 2009). Seguindo este documento, o patrimônio industrial pode ser definido como:

(...) os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (2003: 33).

Em seu preâmbulo, a Carta de Nizhny Tagil apresenta de maneira resumida, a evolução das técnicas de produção, enaltecendo a importância do seu estudo, evidenciado que por seu intermédio aspectos culturais podem ser ressaltados. Nela está contida também a definição da principal ferramenta de estudo do referido patrimônio: a Arqueologia Industrial. Segundo a mesma, esta pode ser considerada:

(...) um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais.¹¹ A arqueologia industrial utiliza os métodos de

¹⁰ Esse foi o 12º encontro do órgão.

¹¹ A carta traz em si uma nota de rodapé esclarecendo que para melhor compreensão utilizará a palavra “sitio” para se referir a as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, excetuando as vezes que estes termos forem utilizados num sentido mais específico.

investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (2003: 2).

Outro aspecto tratado na Carta que merece destaque tange a importância do aspecto imaterial para o entendimento do patrimônio industrial. Na mesma fica evidenciado que o local de produção, de maneira isolada, nada tem a dizer sobre a cultura de determinado grupo. O importante é trabalhá-los de maneira interligadas, pois:

Os edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizam, assim como outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, o seu sentido e o seu significado devem ser explorados e elucidados para o conhecimento do grande público (2003: 2-3).

Além de conter as principais definições que balizam o tema, a Carta de Nizhny Tagil traz em seu corpo aspectos que são importantes para o entendimento da temática¹². Um ponto importante diz respeito ao valor do patrimônio industrial, onde cabe destacar as seguintes afirmações:

- ii. O patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu design ou da sua concepção.
- iii. Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.
- iv. A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem ser cuidadosamente

¹² A Carta de Nizhny Tagil está estruturada da seguinte maneira: preâmbulo; definições de patrimônio industrial; valores de patrimônio industrial; proteção legal; manutenção e conservação; educação e formação; e apresentação e interpretação.

avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial (2003: 4).

Sendo assim, a Carta de Nizhny Tagil explicita que o patrimônio industrial vale não somente pelo seu aspecto visível, ele representa as características de um grupo que investiu no seu processo produtivo sua singularidade. Com isso, o aspecto social deve ser ressaltado, pois este patrimônio é parte constituinte da vida de homens e mulheres, conferido-lhe sentimento identitário, sendo parte de sua memória e tradição.

1.5 - PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ANTES OU DEPOIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL?

No estudo de qualquer temática é imprescindível contextualizá-la no tempo e no espaço. Isso possibilita uma melhor abrangência e compreensão dos fatos. Quando se trata das questões referentes ao Patrimônio Industrial a contextualização no tempo suscita uma grande discussão de cunho conceitual. A delimitação do período pelo qual um vestígio produtivo pode ser considerado industrial gera discussões entre os autores. Num primeiro momento os estudiosos que tratavam do assunto delimitaram o interesse do patrimônio industrial aos vestígios oriundos do processo de Revolução Industrial. Rix (1967) defendia essa ideia e afirmava que os estudos deste campo se restringiriam a esse período histórico.

No mesmo sentido o CBA (Council for British Archaeology) propôs que o monumento industrial fosse qualquer edificação permanente ou estrutura, especialmente do período da Revolução Industrial que ilustram a evolução do processo técnico e científico (HUDSON, *apud* CAMPAGNOL, 2008). Corroborando com esta visão Cordeiro (2004) observa que esta discussão pode ser entendida como a tentativa rigorosa de definir o campo de estudo desta temática. O autor defende que só pode ser considerado objeto de estudo da Arqueologia Industrial e, conseqüentemente, se tornar um Patrimônio Industrial, a estrutura produtiva (e o que dela possa derivar) posteriores a Revolução Industrial. Em suas palavras:

(...) segundo uma sucessão lógico-histórica, a arqueologia industrial não pode ser outra coisa que a arqueologia das formações sociais capitalistas. [...] O critério das divisões sincrónicas parece-me o único aceitável (CORDEIRO, 2004: 6)

Para o estudo de todo processo produtivo anterior a Revolução Industrial, Cordeiro (2004) propõe a criação de novas disciplinas, que sejam equivalentes ao seu respectivo tempo histórico como arqueologia pós-medieval, medieval, clássica ou pré-histórica. E complementa afirmando que:

De facto, nos outros períodos históricos anteriores à industrialização, como salienta Salvador Forner, 'a indústria não é mais do que um complemento produtivo de estruturas económicas cuja lógica responde a relações sociais de produção completamente diferentes às das modernas sociedades industriais. Nestas últimas, pelo contrário, a indústria converte-se no próprio fundamento de um modo de produção, o capitalista, cuja lógica e consequências económicas se estenderão aos sectores não industriais e inclusivamente às sociedades não industrializadas' (CORDEIRO; 2004: 6).

Entendimento similar pode ser visto em Choay (2003). Para a autora o património industrial não deve ser confundido com os patrimónios produzidos no período pré-industrial, pois estão cronologicamente em tempos diferentes. Nas palavras da autora:

Se eu evoco as condições da sua reutilização em primeiro lugar, é com a finalidade de mostrar que, apesar da sua denominação comum, esse património [o industrial] não pode e não deve ser confundido, com é muitas vezes, com o património da era pré-industrial. Este último depende de valores e riscos diferentes (CHOAY, 2003: 191).

A própria Carta de Nizhny Tagil traz essa noção a tona ao afirmar que:

O período histórico de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais (2003: 5).

No entanto nem todos concordavam com esta delimitação. Kuhl (2009) aponta que o principal argumento dos autores que divergiam dessa concepção estava no fato de que a própria definição e surgimento da Revolução Industrial são controversos, logo não há como precisar seus diferentes tipos de organização e escala, nem pode-se expor com exatidão o momento em que um aparato produtivo deixou de ser artesanal para ser industrial. Além disso, o processo de industrialização passou por fases distintas em diferentes locais, impossibilitando a delimitação cronológica única para todo o mundo.

Kenneth Hudson defendia a não restrição do período que um resquício poderia ser tratado como patrimônio industrial. Para o autor a arqueologia industrial se debruça sobre os vestígios físicos do passado industrial, de forma geral, sem limites históricos e cronológicos (CAMPAGNOL, 2008; KUHL, 2009). No mesmo sentido, Angus Buchanan, aborda a temática, apontando que a arqueologia industrial ressalta qualquer vestígio que tenha significância na história social e da técnica, não importando o período de criação e utilização. Nas palavras do autor:

(...) a arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um “monumento industrial” é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou de um sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco (BUCHANAN *apud* KUHL, 2009: 39).

Alves (2003) também ressalta a importância dos resquícios surgidos antes da Revolução Industrial, enfatizando sua utilização e mostrando que estas influenciaram na construção da base operacional deste marco histórico, com técnicas comuns, com algumas permanecendo até os dias atuais. Conforme aponta o autor:

Ora, mesmo antes da Revolução Industrial, as configurações tecnológicas sempre revelaram uma vocação tendencialmente

universalista e de unificação cultural, com as sociedades a revelarem-se muito porosas (podemos mesmo dizer ávidas) em relação à transferência e à apropriação de tecnologias (vejam-se, por exemplo, os mecanismos para a captação da energia hidráulica). Esta característica de rápida difusão assume tal relevo que, para promover a inovação e salvaguardar as vantagens económicas dela derivadas, os países mais avançados tiveram de recorrer a dispositivos de protecção, desde a proibições alfandegárias ao privilégio da patente (ALVES, 2003: 6)

No mesmo sentido Gantos (2004) desenvolve seu argumento em defesa da inclusão das unidades produtivas e suas respectivas técnicas e processos. O autor, primeiramente, expõe o significado do termo indústria. Posteriormente a definição de patrimônio industrial e passa a considerá-la como sendo todo sistema de produção que utilize maquinário, com produção em série, na qual empregue energia, de origem não humana, que nos remetem a um passado e a uma cultura específica além daquela produzida pela Revolução Industrial. Neste sentido:

(...) o Patrimônio Industrial consiste em todo aquele vestígio tangível e intangível (material ou imaterial) surgido e mantido em torno da indústria, sendo de diversas origens e tipos, seja de determinada força motriz (hidráulica, eólica, vapor, elétrica, etc.) ou definida pelo tipo de produção: têxtil, mineração, açucareira, etc. Desta forma consideramos Patrimônio Industrial toda evidência relacionada com a existência de um determinado espaço ou sítio industrial denominado “complexo” em seu aspecto integral (GANTOS, 2004: 2)

Dabat (2003) traz novos elementos para a discussão. A autora argumenta que o maior obstáculo para reconhecer a modernidade precursora do engenho do século XVII e XVIII reside na localização rural da plantação de cana-de-açúcar e/ou a (aparente) simplicidade das máquinas. A mesma afirma que há um erro em se associar o início do capitalismo a revolução industrial, mesmo reconhecendo que esta foi marcante para seu desenvolvimento, pois havia relações capitalistas nos antigos engenhos, anteriores a este período. Sendo assim, não se pode excluir o engenho da categoria indústria, pois esta tem um processo produtivo que não difere (a não ser no avanço tecnológico dos materiais) em nada das modernas usinas de cana-de-açúcar. Ela também chama atenção para a visão “eurocêntrica”

de industrialização e afirma que a construção histórica do termo industrialização está carregada de valores que impedem uma discussão imparcial do tema (DABAT, 2003).

Para definir o que o estudo do Patrimônio Industrial abrange, deve-se primeiro definir o que é uma Indústria. Não é a simples delimitação histórica do tema que irá apontar o seu referencial. Aceitando a Revolução Industrial como marco, excluiríamos os resquícios produtivos do século XVII, como os pequenos engenhos, que eram todos estruturados, com uma lógica, ferramentas e divisão do trabalho própria, similar a uma indústria, de proporções menores e com uma dinâmica diferenciada. Como aponta Lima (1976), a produção do açúcar pode ser considerada a primeira indústria nacional, tanto no sentido cronológico como também pela expansão e importância que adquiriu, no passado, chegando a ser produto básico tanto na produção quanto na exportação, com “elaboração da matéria-prima e apresentação no mercado de um produto já acabado, pronto para o consumo imediato” (LIMA, 1976: 25). Cristina Meneguello (2004) coaduna com esta ideia ao afirmar que:

Os engenhos podem ser considerados patrimônio industrial porque, embora não se refiram ao período da Revolução Industrial ou mesmo posterior, são registros do trabalho humano, do maquinário, das ferramentas e processos de produção que consideramos patrimônio industrial. Aliás, os primeiros trabalhos acadêmicos realizados no Brasil, nas décadas passadas, em termos de patrimônio industrial, foram exatamente sobre engenhos do Nordeste (MENEGUELLO, 2004: 4).

Neste sentido, os resquícios da produção do açúcar anteriores a Revolução Industrial podem ser enquadrados enquanto patrimônio industrial. No caso específico de Campos dos Goytacazes não há exposto na paisagem elementos que remetam este período. Principalmente após a modernização produtiva financiada pelo governo no século XIX, quando os pequenos engenhos foram substituídos por maquinários movidos a vapor, as pequenas unidades foram desaparecendo da região, cedendo lugar a aparatos mais modernos e produtivos.

1.6 – O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL ENQUANTO UM ELEMENTO CONSTITUINTE DA PAISAGEM

Choay (2003) afirma que desde sempre as inovações tecnológicas exerceram influencia no cotidiano da sociedade e na formação do ambiente vivido, atribuindo-lhes novas funções. Assim, transformações vão ocorrendo e resquícios gerados, sendo incorporados de duas maneiras distintas. Na primeira, edifícios antigos, construções sólidas adaptáveis a uma nova utilização são incorporados a dinâmica vigente, recebendo novos usos e valores; na segunda situação, os restos são tratados como marcas anacrônicas, sem valor de uso, entretanto com considerável valor afetivo, pois ressalta a memória daqueles que tinham neles seu território e local de sustento.

Estes resquícios, fruto do processo de industrialização, são carregados de signos, se apresentando como patrimônio, na medida em que evidenciam a coletividade que o construiu (JEUDY, 1990). Com isto, o patrimônio industrial constituído possui um valor que vai além do seu aspecto visível, ressaltado essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem que representa, pelas relações que estabelece com o espaço e, principalmente, pelas memórias que nele está contida (ALVES, 2003). Como aponta Jeudy:

Quando entramos num atelier onde estão reunidas máquinas que funcionavam há algumas dezenas de anos atrás, escutamos a explicação dada sobre o trabalho e a vida dos operários e assistimos a demonstrações, nos deixamos levar pela evocação dessa atmosfera imaginando os seres que lá estiveram, que partilharam um destino comum, escutamos o barulho das máquinas, vozes... (1990:49).

No mesmo sentido Choay (2003) afirma:

Que recordam então os edifícios antigos? O valor sagrado dos trabalhos que os homens de bem, desaparecidos e anônimos, realizaram para honrar o seu Deus, compor os seus lares, manifestar suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas, o mais humilde lar (2003:121).

De acordo com Jeudy (1990) no Patrimônio Industrial ficam retidos valores, modos de vida, memórias correspondentes a maneira de produzir de uma sociedade. Sendo assim sua preservação é necessária, pois possibilita a apreensão de características importantes, num momento onde a mudança e a ruptura de sentido são constantes. Segundo o mesmo “a cultura técnica pode então desempenhar um papel crítico nas modalidades de análise da história das sociedades” (1990:102). Choay (2003) também ressalta essa característica do Patrimônio Industrial. Para a autora o mesmo pode ser tratado como um documento, que por sua análise se faz possível remontar características importantes de um grupo. Em suas palavras:

[O Patrimônio Industrial] tem um valor de documento sobre uma fase da civilização industrial, documento em escala regional, que a memória fotográfica haverá de conservar, mas cuja preservação real parece ter se tornado ilusória por suas próprias dimensões, numa época de urbanização e de regionalização de territórios (2003:219)

As paisagens que contém elementos industriais servem de documento, possibilitando a apreensão de aspectos importantes, pois agem como um testemunho e são referências, na medida em que explicita a cultura que lhe deu forma, expondo os símbolos, sua representatividade técnica e social. Nelas ficam plasmadas o resultado da constante transmissão de habilidades, inovações tecnológicas, modos de vida que estão em constante contato. Assim, atua como uma forma de conservação das memórias coletivas que foram sobrepostas nesse intenso intercâmbio. O patrimônio industrial possui qualidades que o ressaltam enquanto objeto de estudo. Por seu intermédio apreende-se questões importantes que compõe a sociedade, como a dominação, hierarquização, etc., estando estas representadas não somente no campo material, mas também na dimensão imaterial (DEZEN-KEMPTER, 2011). Nele, o social se acha repensado e reinterpretado pela cultura técnica correspondente a um determinado modo de vida, não servindo apenas como um objeto de reconstituição ou de evocação, mas

sim ressaltando o viés crítico, explicitando as ideologias que foram responsáveis pela sua composição.

O local de produção industrial remete a algo externo (valores, ideais, imaginário). Assim, no meio da desestruturação do espaço que se insere, ele funciona como marca, pois apresenta especificidades que são construídas pelas diversas formas que é retratado, formando um imaginário multifacetado (DEZEN-KEMPTER, 2010). Os resquícios materializados pelo monumento, pelos sítios ou pelas ruínas permitem a extração de informações que servem para a construção de sua história. Entretanto, mesmo tendo diferentes interpretações, o seu aspecto material é incontestável. Não se pode negar que ele está lá, não podendo, portanto, perdê-lo e depois encontrá-lo. O que pode acontecer é seu abandono e esquecimento. E esse é o destino das forjas, olarias e fábricas deixadas à própria sorte, que gradativamente vão se decompondo, tendendo ao desaparecimento (JEUDY, 1990) ¹³.

Preservar o patrimônio industrial é proteger características importantes de uma população, que imprimiu na sua maneira de produzir aspectos que retratam sua memória enquanto grupo. Nos dias de hoje, com grandes e intensas transformações, os indivíduos, conforme aponta Choay (2003), perderam a capacidade de apreenderem informações relevantes, pois sua memória é constantemente substituída e influenciada por informações enciclopédicas e limitada. Assim, deixam de lado o valor histórico do bem, preterindo seu viés histórico construído pela memória. Essa situação tem que ser revertida, pois é na memória que os indivíduos procuram abrigo e por ela se unem, agindo enquanto sujeito inserido no grupo.

Neste sentido a cidade de Campos dos Goytacazes é um local rico em informações relativas ao estudo do Patrimônio Industrial, pois tem uma íntima relação com a história as usinas de cana-de-açúcar. O desenvolvimento desse setor se confunde com a história da cidade. Então, qualquer estudo sobre o

¹³ O autor ainda ressalta que o abandono puro e simples de um local de produção industrial torna-se uma questão de gestão, na medida em que não há possibilidade de tudo preservar. A recusa de preservar se assemelha a uma ordem de demolição.

Patrimônio Industrial campista passa por uma eventual análise deste setor e contextualização com a situação nacional.

CAPÍTULO 2 - A PAISAGEM CULTURAL: O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO, A “PATRIMONIALIZAÇÃO” E O PERTENCIMENTO

“A paisagem é a expressão de uma civilização, tanto material quanto espiritual” (PISÓN, 2000: 216).

2.1 – PAISAGEM: CONCEITUAÇÃO E GÊNESE

Ao trabalhar com o conceito de paisagem faz-se necessário sua delimitação, dada a abrangência do termo e as diferentes acepções disciplinares a ele relacionadas, oscilando de acordo com o interesse do objeto e da forma com a qual será trabalhado. Silvestre (2009)¹⁴, exemplificando essa característica, aponta algumas maneiras pela qual o termo é trabalhado. Para este autor a paisagem pode ser tida como uma representação (assim fazem os historiadores de cultura, humanistas, etc.); ou então como um espaço social e humanizado (esta via é explorada principalmente pelos geógrafos culturais); além disso, há a possibilidade de abordá-la sob a perspectiva naturalista, tendo-a como uma entidade objetiva (desta maneira trabalham os geólogos, climatólogos, ecologistas, etc.); pode-se também trabalhar a paisagem como sendo o resultado da experiência vivida (como os filósofos fenomenológicos); ou pode-se considerar sua perspectiva ativa, criativa e projectual, (assim como os paisagistas, arquitetos, etc.). Indo além, Meinig (2002) afirma que os inúmeros significados atribuídos ao termo¹⁵ provém do fato de que a paisagem é composta não só por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas sim por aquilo que está contido em nossas mentes.

A multiplicidade de significados da paisagem pode ser explicada historicamente. Segundo Holzer (1999) o termo surge no século XV, derivando de *landschaft* (palavra de origem alemã que se refere a uma associação entre o sítio e seus habitantes), que por sua vez, deu origem ao termo holandês *landschap*

¹⁴ Silvestre (2009) trata desse assunto utilizando os estudos de Jean-Marc Besse (1995).

¹⁵ Para Meinig (2002), a paisagem pode ser entendida como: natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar ou estética.

(landskip), que, em outro momento, fez surgir a palavra *landscape* na língua inglesa. O termo holandês, apesar de seu significado ser igual ao correlato alemão, num primeiro momento, esteve associado às pinturas de paisagens naturais, percebida a partir de um determinado enquadramento, relacionando a paisagem a aquilo que se via através das janelas (CASTRO, 2005). Já o termo em inglês é comumente definido como uma extensão de um cenário natural, percebido pelos olhos em uma só visão (POLLETE, 1999). Com isso, percebe-se que, em sua gênese a paisagem esteve diretamente ligado ao estético e perceptível. Na língua portuguesa o termo deriva de *paysage*, palavra francesa cujo significado está atrelado às técnicas renascentistas, tendo como origem o radical medieval *pays*, que significa, ao mesmo tempo, habitante e território (HOLZER, 1999; CLAVAL, 1999).

Diversos foram os sentidos atribuídos e várias foram às disciplinas que se dedicaram ao estudo da paisagem, porém, para a geografia ela é um conceito-chave, pois serviu para o seu desenvolvimento, criando bases para sua consolidação enquanto ciência (HOLZER, 1999; CLAVAL, 2004). Os primeiros a avançarem nesse processo foram os geógrafos franceses e alemães¹⁶, no século XIX, ao destituírem o sentido puramente romântico do conceito. Neste momento, a paisagem além de estética passa a ter um aspecto conceitual passível de reflexão e estudo empírico.

Na geografia alemã os primeiros autores em destaque foram Alexander Von Humboldt (Cosmos), Carl Ritter (Geografia Comparada) e Friedrich Ratzel (Antropogeografia). Humboldt ganha notoriedade pela visão holística que atribui à paisagem, trabalhando os elementos (naturais e humanos) que a constitui como um todo, sistematizando-os e transformando-a assim, em parte de uma atividade científica¹⁷. Ritter, mesmo não se dedicando diretamente a temática¹⁸, contribui de

¹⁶ O conceito de paisagem da escola Alemã tem herança naturalista, dando destaque aos aspectos naturais na sua construção. A escola francesa tem sua visão centrada nas regiões formadas pelas culturas e sociedades em cada paisagem (MAXIMIANO, 2004).

¹⁷ A noção de ciência positivista que estava sendo construída naquele momento.

¹⁸ O foco de Ritter era as análises regionais, organizando os elementos que a compõe e comparando com diferentes locais.

maneira significativa para o seu desenvolvimento, na medida em que dá prosseguimento a metodologia proposta por Humboldt, sistematizando os elementos que compõe o local, organizando seus dados naturais e históricos, criando e consolidando uma ciência de caráter enciclopedista.

Mas foi com Ratzel que os estudos relativos à paisagem ganharam notoriedade, na medida em que introduz uma visão antropocêntrica ao conceito, apontando que a mesma é o resultado do distanciamento ocorrido entre as ações humanas e o meio natural. Para o autor, o objeto de estudo da geografia era a influência das condições naturais sobre o homem¹⁹, onde o seu resultado representaria a dinâmica desse processo. Com isso, o ponto central da análise estava no sucesso ou declínio dos elementos culturais sobre a paisagem²⁰ e isso caracterizaria a conformação da população sobre o meio. Segundo Corrêa (1997) a paisagem na Antropogeografia de Ratzel continuava a ser o ambiente natural, assim como Ritter e Humboldt consideravam, porém as ações humanas passam a ser ressaltadas, mesmo que também sejam naturalizadas (haja visto que é fruto da influência do meio). Em suma, essas obras recebem destaque por iniciarem o processo de conceituação da paisagem, criando um método de estudo e transcrição de dados, associando-a as características de um determinado território, servindo de tradução das diferentes interações existentes entre os elementos naturais e humanos, dada a peculiaridade que cada grupo aproveita localmente os recursos.

Contudo, foi somente com a escola francesa que o conceito de paisagem passou a ser estruturado. Neste contexto destacam-se os escritos de Paul Vidal de La Blache. Para este autor a paisagem deve ser tratada como um todo, onde seus elementos constituintes se encadeiam e se coordenam. Assim, cada gênero de vida²¹ que a integra possui influência na sua formação, se adequando ao meio

¹⁹ Este pensamento recebeu influência do pensamento evolucionista que encontrava-se em destaque no período.

²⁰ Ratzel utiliza o conceito de território.

²¹ Segundo Vidal de La Blache (1954) o local é composto por um meio físico que daria base para os homens e os grupos desenvolverem, com o decorrer dos anos, características que são influenciadas pelo contexto. O resultado ele denomina de Gêneros de Vida.

presente, formando uma paisagem-tipo. Desta maneira, grupos sociais com diferentes características cristalizam distintas formas na paisagem, transformando-a num objeto de investigação. Nas palavras do autor:

Por suas obras e pela influência que exerce sobre ele mesmo e o mundo vivente, o homem é parte integrante da paisagem. Ele a humaniza e a modifica de alguma forma. Por isso, o estudo de seus estabelecimentos fixos é particularmente sugestivo, visto que é de acordo com eles que se ordenam culturas, jardins, vias de comunicação; eles são os pontos de apoio das modificações que o homem produz sobre a terra. (...) eles representam um depósito que as gerações anteriores deixam às seguintes, um fundo de valor que dispensa começar (do zero) tudo de novo (VIDAL DE LA BLACHE, 1954: 150).

A partir dos trabalhos destes autores, a ação humana passa a ser ressaltada na paisagem, seja como um reflexo da mesma (com seus atos influenciados pelo local que está inserido) seja como um agente transformador (na medida em que se apropria dos recursos disponíveis, moldando-a a sua maneira). Neste âmbito são abordadas como entidades espaciais que se relacionam de maneira direta e dependente com a história econômica, cultural e ideológica, tendo sua acepção variando de acordo com o contexto que se insere, sendo tratada como uma unidade portadora e representante das funções sociais (SCHIER, 2003).

No início do século XX, as discussões acerca da influencia direta do homem no ambiente aumentam, efeito direto da consolidação da Revolução Industrial e das transformações que esta propiciava por todo o mundo. Neste contexto, a ação humana é ressaltada, tida como um fato geográfico em si. Tal fato preteriu o conceito de paisagem, em função de outros como espaço, região, território e lugar (CORRÊA e ROSENDHAL, 1998). Porém, na segunda metade do século XX o conceito ganha força novamente, graças aos estudos da fenomenologia e da geografia cultural, quando passou a aceitar-se que o ser humano e o meio ambiente não podem ser reconhecidos como elementos distintos e autônomos (TOGASHI, 2009).

Sendo assim, gradativamente, os estudos das paisagens deixam de se preocupar exclusivamente com as estruturas que compõe a superfície da Terra e incorporam a questão humana como elemento modificador do ambiente, tornando a paisagem cultural predominante sobre a natural, mas sem perder de vista as interações mútuas, pois o ponto de partida é o visual, ou seja, a observação objetiva. Dessa maneira, esta vai deixando de existir e a metodologia e os conceitos que se relacionavam diretamente a ela (que foi importante no início do século XX, principalmente para dar unidade e consolidar a geografia enquanto ciência) vão cedendo lugar para as análises da paisagem cultural. Este fato pode ser explicado pelo processo atentado por Santos (1997) onde há a transformação do mundo natural em um mundo de objetos e artefatos. Para este autor:

No principio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelo homem a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor (SANTOS; 1997: 52).

Desta forma o meio natural vai cedendo espaço ao meio técnico (que se transforma em científico e informacional); o artificial predomina, preterindo o natural. Isso reflete tanto na constituição quanto no entendimento da paisagem, na medida em que sua interpretação leva em conta a modificação dos sentidos de quem a vislumbra. Neste novo contexto, o homem, com suas intervenções, seja intencional ou não, é um elemento fundamental na análise da configuração das diferentes paisagens. Isso porque cada sociedade tem sua maneira peculiar de viver, têm sua própria organização social, de produção, características que, de certa maneira, são plasmadas no local de vivência.

Tem-se então em relevância o conceito de paisagem cultural que, segundo Aragão (2006), se apresenta como uma herança de propriedades materiais transmitidas a gerações sucessivas, que absorve trabalho contínuo e variado para seu uso e manutenção, e mantém a sociedade enraizada em determinado lugar,

estando sujeita à estratificação histórica, posto que é contínua e repetidamente ocupada. E é nesta perspectiva que as idéias de Sauer e a Escola de Berkeley acerca da paisagem são difundidas, sendo um marco para seu estudo conceitual.

2.1.1 – CARL SAUER E A MORFOLOGIA DA PAISAGEM

Carl Ortwin Sauer, um dos principais estudiosos acerca dos estudos da paisagem, tem sua formação num período onde incertezas norteavam o caminho da ciência, com as correntes racionalistas debatendo e criticando fortemente o subjetivismo, o intuitismo e o idealismo dos estudos científicos (NAME, 2010). Esse é o período marcado pela predominância dos estudos positivistas e a metodologia neutra e racional “Comtiana” que dela deriva.

Neste contexto Sauer ingressa na Universidade de Michigan e depois se transfere para a Universidade da Califórnia, em 1923, se tornando professor do Departamento de Geografia em Berkeley, onde aprofunda seus estudos acerca da diversidade dos grupamentos humanos e, principalmente, sobre as definições de cultura, bases sólidas da geografia cultural por ele então instituída e incentivada. Estes, por sua vez, são inspirados, em grande parte, do seu contato com a geografia alemã, principalmente com as obras de Passarge e Schluter, cujo os estudos da paisagem restringiam-se as formas, aos aspectos visíveis, excluindo os fatos não materiais da atividade humana (CASTRO, 2005).

Em 1925 Sauer publica *A morfologia da paisagem*. Suas proposições representaram uma busca na solução das dualidades que cercavam a disciplina (geografia física X humana; cosmologia X corologia; geografia geral X regional), buscando firmá-la enquanto ciência, colocando-a na mesma situação dos outros campos do conhecimento universalmente reconhecidos (HOLZER, 2005). Nesse processo, para Sauer (1998), a paisagem passa a ser entendida como elemento balizador e seu estudo deve buscar uma identidade baseada na constituição do reconhecível, enfatizando seu aspecto passível de taxação e classificação, pois se apresenta como um organismo complexo, resultado das associações que podem ser analisadas. Ou seja, a paisagem possui forma, estrutura, funcionamento e

posição, sendo incluso num sistema, que está sujeito a desenvolvimento, transformação e aperfeiçoamento (SAUER, 1998).

Para este autor, a paisagem pode ser considerada uma generalização oriunda da observação de cenas individuais, estando a cargo do estudioso de geografia sua descrição, de maneira excepcional, seja como um tipo ou uma variante de um tipo, porém, sempre tendo por necessidade sua comparação. Em suas palavras:

[A Paisagem] pode ser definida, por tanto, como uma área composta por uma associação de diferentes formas, tanto físicas como culturais. (...) A paisagem possui identidade que se sustenta na constituição do reconhecível, nos limites e na relação com outras paisagens, constituindo um sistema geral. Sua estrutura e função estão determinadas por formas integradas e dependentes (SAUER, 1998: 95).

Com isso, a paisagem geográfica passa a ser considerada um conjunto de formas, naturais e culturais, interligadas a uma área, que deve ser analisada morfológicamente, levando em consideração o grau de integração entre as diferentes formas. A partir deste têm-se a separação da paisagem em dois tipos: as naturais (virgens), teoricamente intocadas ou sem significativos reflexos da ação antrópica; e as culturais, que são caracterizadas por possuírem traços característicos da ação humana, agindo como um agente da paisagem natural, que por sua vez passa a ser o resultado da ação cultural do grupo, acarretando transformações em função do uso de técnicas e instrumentos.

Dentre as críticas efetuadas ao pensamento de Sauer, Castro (2005) ressalta o fato de suas análises se limitarem ao aspecto do visível, se confundido com o senso comum e a pura descrição de um espaço determinado. Isto ocorre devido ao contexto positivista e de afirmação da ciência que está inserido, optando por não considerar os aspectos subjetivos relativos à paisagem por estes não serem passíveis de classificação e taxaço, preconizando assim a objetividade e a neutralidade do objeto de estudo.

Há de se destacar a importância dos escritos de Sauer para o desenvolvimento do conceito de paisagem. Este autor criou as bases dos estudos, elaborando um método de análise, revelando problemas relacionados à sua interpretação e atribuição de significados, tornando-a um conceito-chave de estudo. Contudo, no decorrer do século XX, a paisagem perde status de tema central da geografia, cedendo lugar para outros conceitos fundamentados em bases epistemológicas distintas.

Essa situação só se altera recentemente, com as discussões da Nova Geografia Cultural. Segundo Corrêa (1997) a nova geografia cultural não se apresenta em contraposição as noções sauerianas, mas sim como um complemento, ampliando suas bases epistemológicas, introduzindo uma matriz não positivista ao debate. Neste contexto, a paisagem retoma sua importância e passa a ser revestida de novos conteúdos, fruto da incorporação de noções como percepção, representação, imaginário e simbolismo ao seu conceito (CASTRO, 2005). Assim, a paisagem deixa de levar em consideração unicamente seu aspecto morfológico e passa a ter ressaltado sua simbologia e redes de significância, possibilitando a adição de novas perspectivas (HOLZER, 1992; CORRÊA, 1997). Dessa maneira, o conceito passa ter ressaltado o seu aspecto simbólico, impregnado de significados, que são passíveis de diferentes interpretações, sendo analisado a partir de diversas opções, pelos variados métodos de abordagem, pela natureza de sua teoria e interpretação, cujo objetivo comum é a elucidação das relações culturais presentes na sua configuração (CASTRO, 2005).

A Nova Geografia Cultural surge principalmente com os estudiosos anglo-saxões, porém também ganha ênfase na geografia francesa, devido aos trabalhos desenvolvidos acerca dos modos de vida, sempre se preocupando com a dimensão cultural do objeto. Nestas áreas vale destacar os escritos de Augustin Berque e Denis Cosgrove.

2.1.2 – AUGUSTIN BERQUE E DENIS COSGROVE: O SIMBOLISMO DA PAISAGEM

O britânico Denis E. Cosgrove foi um dos expoentes da geografia cultural, que criou a base para a perspectiva que hoje vigora. Em seus estudos a paisagem foi um dos conceitos de maior apreço, renovando-a, resgatando-a, tornando-a distante da perspectiva saueriana que a caracterizava. Em seu texto “A geografia está em toda parte” Cosgrove afirma que os estudiosos da geografia estão agindo de maneira incorreta no estudo das paisagens, pois estão despindo-se de suas paixões e, com isso, deixando de lado significados importantes que possam nelas estar contidos. Dessa maneira, há a necessidade de uma análise mais humana, utilizando-se de algumas habilidades interpretativas provenientes dos romances, do poema, do filme, do quadro, tratando-a como uma expressão humana intencional, composta de várias camadas de significados. Como afirma o autor:

(...) as paixões inconvenientemente, às vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana, entre elas as morais, patrióticas, religiosas, sexuais e políticas. Todos sabemos quão fundamentalmente estas motivações influenciam nosso comportamento diário. (...) Contudo, na geografia humana parecemos intencionalmente ignorá-las ou negá-las. Consequentemente, nossa geografia deixa escapar muito do significado contido na paisagem humana, tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas (COSGROVE; 1998: 97).

Suas preocupações iniciais tinham como base o materialismo histórico (porém, diferente dos demais, não se prendia a um determinismo econômico) e o conceito de ideologia, o qual relacionava com a paisagem, apontando que sua representação, escolha ou formatação requer uma atitude ideológica, ligada a uma rede de interesses e a uma estratégia de dominação. Sendo assim, a interpretação da paisagem ganha um aspecto crítico, buscando desvelar as relações de poder subjacentes sendo tratada como fruto de um processo, que está em constante transformação (CASTRO, 2005). Além disso, por ser uma abstração, ao passo que não existe por si, ela é uma maneira de se produzir,

manipular e contemplar o espaço representado, enfatizando ainda mais o simbolismo que o caracteriza.

Nesta perspectiva a paisagem apresenta-se como um texto, dada sua condição de ser, ao mesmo tempo, produzido, contemplado, interpretado e por vezes consumido. Essa interpretação revela as relações de poder existente, pois sua caracterização pode se converter num discurso ideológico, assim como sua reprodutibilidade nas mais diversas mídias, fazendo com que o maior número de pessoas seja atingida pelo discurso pretendido (NAME, 2010). Assim, ela pode ser caracterizada como um produto da apropriação e transformação do homem sobre a natureza, constituindo um conjunto de significados impressos através da linguagem, dos símbolos e traços culturais do grupo social em questão. Cosgrove (1998) ressalta os distintos tipos de apropriação e visão da paisagem, relacionando-as principalmente com a questão do poder, revelando relações de dominação e opressão, neste processo. Segundo o autor:

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é as vezes chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE; 1998: 104-105).

Neste sentido, o simbolismo da paisagem reproduz normas culturais vigentes, sendo preconizado os valores de grupos dominantes²², que são os que detêm o poder. Porém, não somente este grupo compõe a paisagem. Sobre a mesma também exerce influência o grupo subdominante (alternativo), que molda o local de sociabilidade influenciado pela sua cultura e pela relação de dominação existente. Assim, a paisagem passa a ser plasmadas pela relação de diferentes

²² Castro (2005) ressalta que cultura dominante ou cultura dominada são metáforas, pois em verdade, o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou subordinação uns aos outros, sendo a cultura da classe dominante sempre a cultura dominante.

grupos que a influenciam. Então, pode-se, a partir da leitura de Cosgrove, caracterizar dois tipos de paisagens que, apesar de distintos, são complementares entre si: o da cultura dominante (que revela os meios pelos quais seu poder é exercido) e o das paisagens alternativas (criadas por grupos não dominantes e que, por isso, apresenta menor visibilidade). Como fruto da relação entre essas duas paisagens têm-se a paisagem residual. Esta pode ser considerada um híbrido destas duas, pois é composta de elementos da paisagem dominante e subdominante. A paisagem residual é caracterizada por permitir uma análise e reconstrução do passado, tendo em conta/considerando que representa e expõe elementos que se fizeram presente no processo de conformação do espaço.

Há de se ressaltar que, para Cosgrove a paisagem está inserida, enquanto conceito, dentro de um campo acadêmico, servindo de ferramenta analítica, buscando o entendimento do mundo e das sociedades, que a produzem e compartilham, dotando-as de símbolos e informações, passadas de geração para geração. Assim, os significados atribuídos não são estáticos, variando de acordo com o tempo e com os grupos sociais que se encontram enquanto dominante ou dominado.

Augustin Berque, geógrafo francês, professor e diretor da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, contemporâneo aos autores da nova geografia cultural, em seus trabalhos desenvolve o conceito de paisagem, tratando-a como marca, na medida em que representa uma sociedade a partir de sua materialidade, sendo passível de descrição e inventário, mas também como matriz, a partir do momento em que influencia na questão da percepção, concepção e ação (no que tange o aspecto cultural como um todo) do indivíduo, ou seja, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada e reproduzida por um padrão moral e estético, gerado por um tipo de política, etc. Conforme afirma o autor: “a paisagem é marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura” (BERQUE, 1998: 84-85).

Para o autor, a paisagem é, como para Cosgrove, uma abstração que não está contida exclusivamente no objeto ou no sujeito, mas sim na interação complexa entre esses elementos. Sendo assim ela possui a marca de uma cultura e também a influencia, ou seja, um processo simultâneo, a paisagem é captada por um olhar, mas também o determina; neste sentido se apresenta como um agente ativo, passivo e potencial. Em suas palavras “*a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se auto-produz e se auto-reproduz — e portanto se transforma*” (BERQUE, 1998: 86).

2.2 – A PAISAGEM E A QUESTÃO DO PERTENCIMENTO

A paisagem hoje, enquanto objeto de estudo, não existe, *a priori*, como um dado da natureza (ou seja, somente em seu aspecto morfológico), mas somente em relação à sociedade (LUCHIARI, 2001). Assim, ela é tratada como uma representação, o que a torna inesgotável, pois reproduz-se, renova-se e regenera-se, assim como a coletividade que lhe dá vida. Neste sentido, a paisagem assume caráter identitário na medida em que as sociedades recebem e percebem, constroem e reivindicam, representam e interpretam os lugares que estão inseridos. Deste modo, ela é considerada uma expressão concentrada da identidade coletiva, sendo um espelho acumulador que possibilita a representação do real e a união em torno de algo comum, influenciando na formação do ser (PISÓN, 2000). Com isso criam identidades, que se reforçam em relação a outras, sendo consideradas heranças, passíveis de preservação. Conforme ressalta Pisón (2000: 227) “Dime el paisaje que vives y te diré quien eres”.

Dotada de sentido e ancorada sobre uma base material, a paisagem passou a ser vista como uma importante fonte investigativa, principalmente no que tange aos aspectos culturais de um determinado local. Pisón (2000) afirma que ela passou a ser vista como marco de vida, pois dá suporte ao seu desenvolvimento, sendo realidades físicas individualizadas, inseridas em organizações (naturais ou culturais) dinâmicas, dotadas de próprio sentido, se fundamentando na relação direta de sua base (o aspecto estrutural), com a forma que se materializa (aspecto

morfológico) e pela forma que se materializa (aspecto cultural social). Nas palavras do autor:

En este juego de interacciones el paisaje no aparece, pues, solo como un ente fisionómico y estético, sino que constituye un complejo vivo de formas que cristaliza, se articula, late y reposa sobre un sistema de condiciones y relaciones geográficas, susceptible de análisis cualitativo y funcional más allá de las apariencias. (...) es expresión de una civilización, tanto material como espiritual (PISÓN; 2000: 216).

Meinig (2002) coaduna com essa caracterização ao afirmar que a paisagem é constituída por aquilo que está sob o olhar do indivíduo e pelo o que está em sua mente, ou seja, o que se vê não é neutro, mas sim influenciado e condicionado pelas experiências e concepções de mundo. A partir deste aspecto a paisagem é caracterizada por ser dual, sendo resultado da observação e fruto de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, repleto de simbologia. Em cada período o imaginário coletivo varia e com ele a concepção social do natural, traduzidas em artefatos (materiais e simbólicos) que possibilitam a melhor vivência no espaço. Essas mudanças são percebidas na paisagem, pois além de ser um conceito abstrato de compreensão do meio, se apresenta também como materialidade pela qual os indivíduos enquanto seres sociais se organizam. Sendo assim, este conceito se apresenta como a melhor maneira de estudar essas transformações, pois é portador de sentido, representando tanto a variação quanto a ideologia que há por detrás (LUCHIARI, 2001).

As transformações morfológicas ocorridas na paisagem não estão separadas do seu contexto nem podem analisadas independentes das práticas sociais. Uma ferramenta, um material, uma maneira diferente de se produzir alteram funções, introduzindo outros valores e objetos, cada qual dotado de conteúdo e sob influência das ações contextualizadas por um novo sistema, imbuídos de significação e intencionalidade. Estar atento a essas mudanças é perceber e se inserir num espaço crítico. Conforme aponta Luchiari:

Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar da história. (...) os símbolos contidos nos objetos são perigosos, pois não se revelam totalmente a um olhar pouco reflexivo, podendo escapar à apreensão e tornar mais eficaz a feitiçização da paisagem (2001: 13).

As paisagens construídas e valorizadas expõem a estrutura social vigente e dão contorno a lugares, pois ela é a materialidade que permite a representação simbólica. Sendo assim, ela é socialmente configurada, edificada em torno de instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder das mesmas (CASTRO, 2005). Pison (2000) ressalta que a característica acumuladora torna a paisagem um documento que retém as particularidades de quem (ou o que) a influencia de maneira dominante e com isso é capaz de mostrar conteúdos e o modo de vida daqueles que lhe dão forma. Sendo assim, faz-se necessário sua apreensão, interpretação e leitura, enfatizando os seus símbolos, sistemas, imagens, etc. Entretanto, o autor ressalta que o espaço de representação é frágil e essa documentação exposta pode ser perdida de acordo com a variação do interesse do grupo que detém seu domínio. Neste sentido, por intermédio do estudo da paisagem pode-se mapear a cultura e o poder que a conforma, na medida em que as políticas implementadas tem por objetivo a preservação da condição social, cedendo benefícios a elite vigente, que ostenta seu poder na suntuosidade de suas construções (CORRÊA, 2003).

2.3 – OS DIFERENTES SIGNIFICADOS DA “PATRIMONIALIZAÇÃO” DA PAISAGEM

Em âmbito mundial, as ações e medidas que visam salvaguardar a paisagem cultural, tornando-a um patrimônio, se intensifica no final do século XX, na Europa. Merece destaque a reunião organizada pela UNESCO em La Petite Pierre (França), em 1992, onde foi reunido um grupo de estudiosos (arqueólogos, historiadores, geógrafos, arquitetos, urbanistas, etc.) que definiram os critérios acerca do assunto. Na ocasião também foi elaborada uma série de recomendações a serem seguidas pelos países membros da instituição, visando a

identificação e inclusão da paisagem cultural na lista do Patrimônio Mundial. Seguindo as recomendações desta reunião, as paisagens culturais que pleiteiam a condição de patrimônio devem se escolhidas de acordo com seu valor universal excepcional, além de ter que ser representativa do ponto de vista cultural da região servindo de espelho dos traços culturais da mesma.

Os critérios que definem uma paisagem cultural enquanto patrimônio são periodicamente revistos e atualizados. Diversos tipos de paisagens podem ser reconhecidas como tal, desde aquelas integralmente delineadas pela ação humana até as paisagens marcadas essencialmente por seu valor simbólico imaterial. Assim, a UNESCO cria classificação, tratando-as como: Paisagem Claramente Definida, Paisagem Evoluída Organicamente (e dentro desta, subdividida em Paisagem Relíquia ou Fóssil e Paisagem Contínua), e Paisagem Cultural Associativa (UNESCO, 1972).

No Brasil, os debates acerca da inclusão da paisagem cultural como um bem patrimonial recebem influência das discussões realizadas na UNESCO. Porém, desde a década de 30, com o decreto de lei 25/1937, já se percebe uma preocupação na proteção deste bem. Segundo Delphim (2009) o referido tem a intenção de proteger os bens móveis e imóveis de interesse público, ressaltando sua vinculação com fatos que são considerados memoráveis para um grupo. Dentre esses bens são enquadrados os monumentos naturais, sítios e paisagens, dotado pela natureza ou feita pelo homem.

Contudo, neste período o ato de tornar um bem patrimonial determinados elementos da paisagem nacional tinha como principal foco as características físicas do bem ou a sua relevância enquanto componente de um todo principal, geralmente arquitetônico (COSTA e GASTAL, 2010). Esse fato explicita a visão da época na qual o patrimônio nacional era tratado, ora sob o aspecto natural ora sob o aspecto cultural, sempre de maneira dissociada, separando cultura de natureza. Por vezes, quando a paisagem era tratada como patrimônio, o processo de monumentalização se fazia presente, tornando elementos presentes em algo separado do normal, com valor próprio, sem influência dos aspectos socioculturais e até mesmo afastado do contexto ambiental.

Delphim (2009) aponta que nos anos 80 foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, onde foram desenvolvidos dispositivos específicos para a preservação da paisagem natural, com medidas rigorosas de proteção. Porém, o mesmo não ocorreu com a legislação cultural, que até hoje não dispõe de uma política nacional do patrimônio cultural nem de um sistema nacional que visem à implementação efetiva dos deveres constitucionais de proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Com isso, no Brasil, inexistia uma legislação específica que trate dos assuntos relacionados à salvaguarda da paisagem cultural. Deste modo, a proteção da paisagem nacional se dá por dois prismas: o do ponto de vista ecológico (sendo protegido pela legislação de conservação da natureza, onde a responsabilidade pela fiscalização é de órgãos ambientais); e sob a perspectiva do valor histórico cultural (onde é levado em consideração a legislação de proteção de bens imóveis, edifícios e centros históricos urbanos).

Há de se ressaltar que esta situação começa a ganhar novos quadros. Em 2009 o IPHAN lançou a portaria nº 127 na qual oficializa a categoria de paisagem cultural. Costa e Gastal (2010) ressaltam que dentre os motivos justificadores da adoção da Paisagem Cultural como bem patrimonial, destacam-se a preocupação com os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, a globalização e a massificação das paisagens rurais e urbanas. Assim, há a perspectiva de consolidação deste campo.

Outro que merece destaque está no fato de que a criação desta categoria de bem patrimonial foi antecedido por alguns encontros, congressos, de estudiosos na área, promovidos pelo IPHAN em parceria com instituições de ensino, que debatiam e delimitavam os aspectos referentes ao assunto. Dentre esses encontros merece destaque o encontro ocorrido em Bagé (2007) na qual foi redigido um documento que serve de referência para as discussões nacionais em torno do assunto: a Carta das Paisagens Culturais (Carta de Bagé). No que tange aos meios oficiais de proteção, sob a perspectiva do IPHAN, ao declarar algo como uma Paisagem Cultural lhe é conferido um selo de reconhecimento, afirmando que as características do local, as relações existentes entre o aspecto cultural e natural, são de valia nacional, referendando uma identidade singular

notável, que merece ser resguardada. Seguindo a definição oficial, o local que recebe este selo passa a ser: “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, portaria 127, p.2). Cabe ressaltar que, o IPHAN não é o único órgão responsável pela decisão de atribuir a um local a designação de Paisagem Cultural. De acordo com a portaria nº 127/2009 do IPHAN a realização de tal tarefa requer uma interação das diferentes esferas de gestão, visando uma ação continuada, contando com a participação da comunidade local, instituições de ensino e pesquisa.

O indivíduo tem papel importante na proteção da paisagem cultural, podendo inclusive requerer a instauração de processo administrativo que vise o reconhecimento de um local enquanto paisagem cultural brasileira. Proteger um local e preservar as características que a torna valiosa é uma tarefa difícil. Quando se trata de algo em que o valor está nas relações entre o tangível e o intangível entre o natural e o cultural, como se propõe a delimitação de uma paisagem cultural, essa dificuldade se multiplica. Sendo assim, não há muita opção de ferramentas para a realização desta tarefa, tendo na chancela um método possível. Porém, este processo de salvaguarda requer um acompanhamento direto do IPHAN, por meios de avaliações periódicas (de 10 em 10 anos no máximo) e monitoramentos de ações previstas. Não há uma ação punitiva (multas e ações legais de maneira geral) para a descaracterização e depreciação de similaridades que tornaram o local uma paisagem cultural passível de preservação. O que ocorre de fato é a perda da chancela quando este processo ocorre.

CAPÍTULO 3 - PATRIMÔNIO INDUSTRIAL COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DA PAISAGEM CULTURAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: PERCURSO METODOLÓGICO

(...) a paisagem primitiva da zona açucareira constituía-se de áreas extensas cobertas de espessa vegetação florestal que separavam pequenos espaços onde se agrupavam as construções de tijolos ou de adobe e cal circundadas pelos campos cultivados (CANABRAVA, 1963: 204).

3.1 – CAMPOS DOS GOYTACAZES: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Para analisar o patrimônio industrial e a paisagem cultural de Campos dos Goytacazes em período mais recente, torna-se pertinente abordar aspectos mais gerais do município. Cabe também explicitar a relação existente entre o desenvolvimento local e a produção sucroalcooleira. Estas informações possibilitam uma compreensão, ainda que breve, da sua organização sócio-espacial.

Campos dos Goytacazes integra a região Norte Fluminense formada pelos municípios de: São Francisco do Itabapoana, São Fidélis, Carapebus, Quissamã, Cardoso Moreira, São João da Barra, Conceição de Macabu e Macaé. Todavia, Campos dos Goytacazes é o município que concentrou e ainda concentra – em menor medida – a atividade sucroalcooleira na região, o que lhe deu o status de, ao longo do século XIX e XX, centro econômico do interior (fato que persiste até os dias atuais). No entanto, na atualidade se sobressai a atividade petrolífera.

De acordo com os dados do Censo realizado pelo IBGE em 2010 e informações da PNUD (2003), Campos dos Goytacazes conta com uma área total de 4.026,72 Km², correspondente a 41,4% da área do Norte Fluminense. O município limita-se ao norte com o Estado do Espírito Santo, através do Rio Itabapoana; a Nordeste com o município de São Francisco de Itabapoana; a Leste com o município de São João da Barra, pelo Canal São Bento; a Sudeste é banhado pelo Oceano Atlântico desde a Barra do Açu até a foz do Rio Furado. Ao

Sul por meio da Lagoa Feia e do Rio Macabu limita-se com o município de Quissamã; a Sudoeste com Conceição de Macabu e Santa Maria Madalena; a Oeste com o município de São Fidélis através de componentes estruturais da Serra do Mar; a Noroeste com Cardoso Moreira – em boa parte seguindo o Córrego da Onça – Italva e Bom Jesus do Itabapoana, acompanhando o Córrego Santo Eduardo.

No que tange a divisão interna, o município possui oficialmente 14 distritos e 102 bairros, organizados da seguinte forma: 34 bairros localizam-se na Zona Norte (Guarus), 35 na Zona Leste (Lapa até Donana); 13 na Zona Sul (IPS até Tarcísio Miranda e 20 bairros da Zona Oeste (Pelinca até o Esplanada).

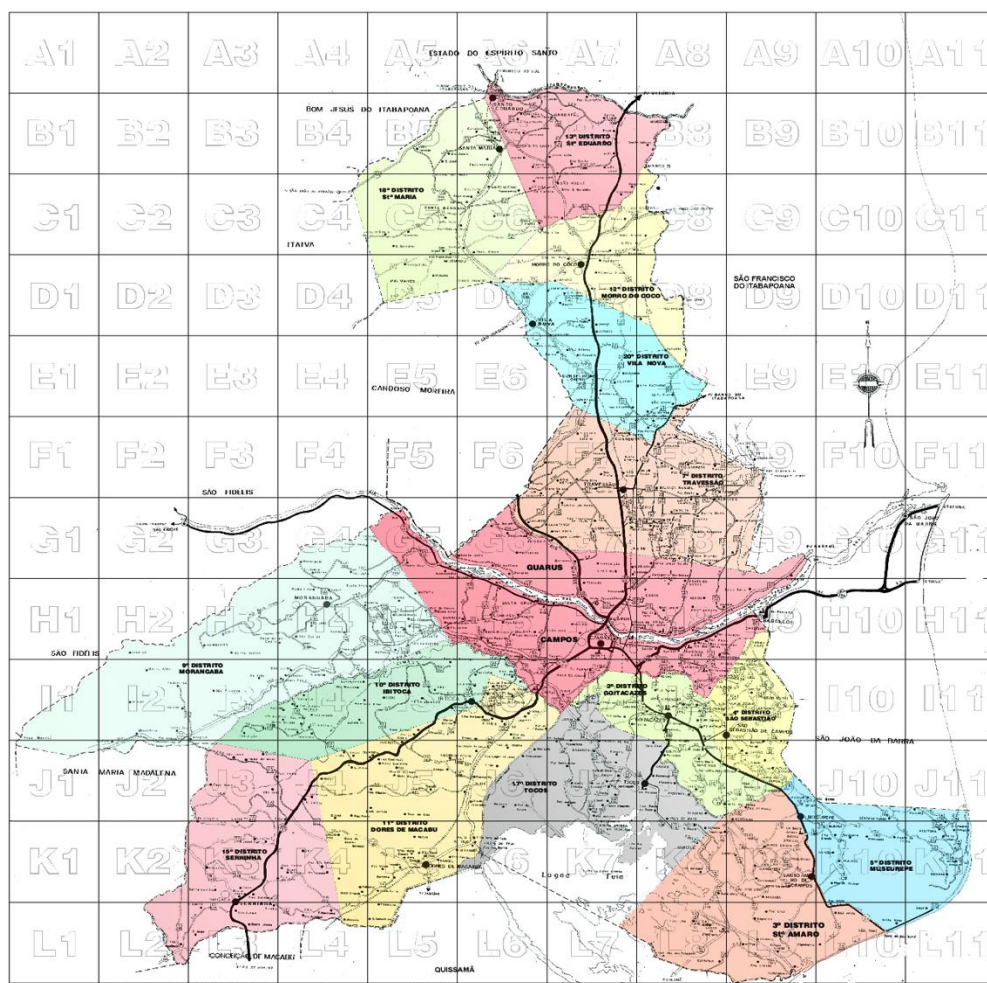


Figura 1 - Mapa territorial do município de Campos dos Goytacazes.

Disponível em: www.campos.rj.gov.br

Segundo o Censo de 2010, neste ano o município possuía uma população de 463.731 habitantes, com uma densidade demográfica de 115,16 hab/km². Desta forma, ocupa a 8ª posição em densidade demográfica do Estado e representa a maior população localizada fora da região metropolitana do Rio de Janeiro²³. Sobre aspectos demográficos, o município apresentou um acentuado processo de urbanização entre os anos de 1976 e 1996, com um deslocamento intenso da população rural para o perímetro urbano, onde o crescimento passou de 55,1% em 1970 para 85,6% em 1996. Essa situação foi intensificada entre os anos 1980 e 1991, diferenciando-se do cenário do restante do Estado, que experimentou este crescimento num momento anterior, compreendido entre os anos de 1970 e 1980. Os dados da Tabela1, abaixo explicitam essa situação.

Tabela 1 - População Residente por situação de domicílio; Estado e Campos dos Goytacazes – 1940-2000.

ANO	Total	Urbana	Rural
ESTADO			
1940	3.611.998	2.212.211	1.399.787
1950	4.674.645	3.392.591	1.282.054
1960	6.649.646	5.252.631	1.397.015
1970	8.994.802	7.906.146	1.088.656
1980	11.291.520	10.368.191	923.329
1991	12.807.706	12.199.641	608.065
2000	14.391.282	13.821.466	569.816
CAMPOS DOS GOYTACAZES			
1940	180.677	63.782	116.895
1950	200.327	79.790	120.537
1960	246.865	124.768	122.097
1970	285.440	167.330	118.110
1980	320.868	195.391	125.477
1991	376.290	317.981	58.309
2000	406.985	364.177	42.808

Fonte: IBGE.

²³<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>

Os dados contidos na PNUD (2003) também atestam o crescimento da taxa de urbanização de Campos dos Goytacazes. Segundo consta, o centro urbano do município, que em 1991 era de 84,50%, cresceu 5,89%. Atingindo em 2000 a taxa de 89,48%. Levando em consideração estas informações, pode-se inferir que a população rural de Campos, sobretudo a partir dos anos 1980, sofreu uma queda considerável. Este período coincide com o fechamento de diversas unidades produtivas sucroalcooleiras na região, o que nos leva a crer que tal acontecimento teve influência direta na intensificação do fluxo migratório na região.

3.2 – O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE CANAVIEIRA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Segundo Sergio Buarque de Holanda (1993), no Brasil colônia os primeiros aglomerados urbanos nada mais eram que fortificações com algumas poucas casas, cercadas de plantações de cana, moendas e o engenho do açúcar, sendo considerado um prolongamento da zona rural. Os núcleos urbanos eram tidos como parte integrante das unidades produtivas, com seu espaço sendo estruturado a partir da dinâmica de produção. Essa situação era intensificada na medida em que os senhores de engenho, os principais detentores dos recursos, exerciam influência sobre as câmaras municipais e na vida política local, pois gozavam de prestígio junto à Coroa. Desta maneira, as vilas ganhavam contornos de acordo com a necessidade de operação dos grupos detentores do poder, criando uma ligação entre os engenhos e os portos (principal zona de escoamento).

A centralidade que produção sucroalcooleira exerceu em Campos dos Goytacazes durante o ciclo do açúcar está evidenciada pelas intervenções de ordenamento territorial e embelezamento urbano de que o município foi objeto no século XIX. O primeiro deles, elaborado pelo engenheiro francês Amélio Pralon, ficou conhecido como Plano de Enformoseamento, teve influência direta deste setor. Esta relação vem sendo construída desde o processo de formação do município. Sendo assim, para entender a caracterização atual do município, assim

como os agentes que constituem sua paisagem, faz-se necessário remontar suas diferentes fases²⁴.

3.2.1 - O MEIO NATURAL E A CONFORMAÇÃO TERRITORIAL

Canabrava (1963) destaca que no Brasil a produção canavieira se faz presente na paisagem territorial. Em Campos dos Goytacazes, onde tal atividade foi escolhida pela coroa como estratégia de ocupação do local, esta realidade não é diferente. Já no século XVI, a região recebe uma das primeiras tentativas de povoamento, com a cana-de-açúcar sendo seu principal pilar. Em 1536, o tenente Pero de Góis da Silveira recebeu a recém criada Capitania Paraíba do Sul. Assim como os demais donatários radicados no Brasil, ele deveria assumir a responsabilidade de administrar a capitania e, para tanto, decidiu que a implementação da atividade canavieira, a exemplo da praticada no Nordeste, seria a mais adequada. No final de 1538, Pero de Góis fundou no local um pequeno povoamento denominada Vila da Rainha, onde introduziu as primeiras mudas de cana-de-açúcar, construiu engenhos movidos à água e importou escravos africanos para o trabalho na lavoura (CARVALHO e SILVA, 2004).

No contexto de implantação da atividade canavieira, o cenário que até então imperava na capitania era caracterizado pelo período que compõe o meio natural ou meio pré-técnico (SANTOS, 1999). Esse momento é marcado pelas ações da natureza influenciando as ações humanas, a exemplo dos indígenas que residiam na região e dos europeus (SANTOS e SILVEIRA, 2001). No meio natural, o homem ainda não possuía instrumentos suficientes que o permitisse modificar e usufruir dos elementos naturais, em grande escala. As técnicas ainda eram

²⁴ Para tanto levaremos em consideração a cronologia de Milton Santos que divide os períodos em Meio Natural (Pré-técnico), Meio-técnico e Meio técnico-científico-informacional.

rudimentares.²⁵ O processo produtivo dependia muito mais das condições naturais que da ação humana. Segundo os autores:

Durante pelo menos três séculos o povoamento do Brasil dá-se mediante uma contribuição relativamente pequena de recursos da técnica. As condições naturais eram quase diretamente solicitadas a fornecer resposta a uma intervenção humana, que buscava refletir demandas locais e forâneas, utilizando-se das facilidades oferecidas pela própria natureza (relevo, vegetação, hidrografia, solos, etc.) e criando, com função do tipo de produção reclamado, áreas de densidade ou de rarefação (SANTOS e SILVEIRA; 2001: 29).

Apesar do meio natural apresentar características favoráveis ao desenvolvimento da cultura canavieira (vasta planície, solo fértil, fartura de lenha, recurso hídrico, etc.), a atividade não perdurou no século XVI. Isso ocorreu devido às constantes investidas das populações indígenas que ali residiam. Posteriormente, seu filho, Gil de Góis, renunciaria aos direitos hereditários que possuía junto à capitania. Numa segunda tentativa de colonizar a região, em 1627, a Coroa Portuguesa ordenou a divisão da Capitania de São Tomé em glebas, doadas a sete capitães portugueses, alguns deles donos de engenhos no Recôncavo da Guanabara, para que efetivasse a ocupação. Os novos donatários introduziram a pecuária na região. Neste momento iniciou-se o processo de colonização, que culminou em 1667, na fundação da Vila de São Salvador, atual sede do município de Campos dos Goytacazes. No mesmo ano também foi fundado o município de São João da Barra (LAMEGO, 1974).

No final do século XVIII, a atividade canavieira é reintroduzida no povoado e consolida-se em virtude do reaquecimento da demanda internacional. Com isso, a atividade pecuarista (que era voltada principalmente para atender as necessidades da metrópole) vai perdendo espaço para a cana-de-açúcar. Neste momento o espaço local retoma importância e receitas são criadas com a

²⁵ De acordo com Santos e Silveira (2001:28) Como toda ação supõe uma técnica, a idéia de meio geográfico não pode ser desvinculada da noção de técnica. Portanto, é preciso relativizarmos denominações como 'natural' e 'pré-técnico'.

atividade canavieira. Este fato dará início à conformação do meio-técnico na região.

Porém, havia um desafio a ser superado. A geografia da região, dotada de terrenos alagadiços, dificultava o transporte do açúcar cultivado para o porto do Rio de Janeiro. De maneira paradoxal, os fatores que favoreciam o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira estavam dificultando seu avanço. Mas com o decorrer do meio técnico a situação iria se resolver.

3.2.2 - Início e conformação do meio técnico do Norte Fluminense

No século XIX o processo de mecanização do campo chega à região e atesta o surgimento do chamado *meio técnico*. A produção aumenta e o espaço é modificado dada a introdução do engenho que, segundo Santos (1999) era a manifestação precoce da mecanização. Neste momento a lógica dos tempos humanos impõem-se então às condições naturais. *“As áreas, os espaços, as regiões, os países, passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição (...) dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos”* (SANTOS, 1996: 189). Como reflexo desse processo a paisagem é modificada com estradas sendo abertas, integrando as regiões de produção com a metrópole e o espaço é conformado de acordo com a demanda desse grupo (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Os avanços deste período foram determinantes para o desenvolvimento da atividade açucareira na região. Neste período a máquina a vapor é introduzida, juntamente com as novas técnicas, proporcionando um progressivo aumento da produção e beneficiamento da cana-de-açúcar (PEREIRA PINTO, 2006). Neste contexto o Governo Imperial²⁶ se apresenta como um parceiro na produção oferecendo créditos e garantias econômicas aos senhores do açúcar. Assim, se percebe a presença do Estado interferindo diretamente no processo produtivo, possibilitando a utilização do público em benefício do privado.

²⁶ Decreto Provincial N° 310

Com esta nova situação a paisagem industrial é novamente alterada, influenciada principalmente pela implantação dos novos maquinários adquiridos pelo governo imperial. Consequentemente modifica-se o processo produtivo que é acompanhado da necessidade de uma nova organização no espaço, tanto no interior das unidades fabris (ampliação, divisão da produção, etc.) quanto no exterior (com a necessidade de novos espaços para cultivo devido ao aumento da capacidade produtiva). Assim, pode-se afirmar que a esta atividade agiu diretamente na conformação da região naquele momento, transformando e influenciando a história e paisagem local.

Porém, no fim do século XIX outro produto agrícola desponta e passa a concorrer com o açúcar no quesito exportação, dividindo a atenção do Estado: o café. Desta forma, para não perder espaço como principal produto exportador, era necessário aperfeiçoar a produção. São implantados então no Norte Fluminense os Engenhos Centrais, sendo que o primeiro foi instalado, em 1877, no município de Quissamã, chamado de “Engenho Central de Quissamã”²⁷. No entanto esta nova maneira de se produzir não perdurou, devido a problemas entre os fazendeiros e donos dos Engenhos.

Com o fim dos Engenhos Centrais teve início o período das usinas²⁸ de cana-de-açúcar, na qual a primeira do país foi criada em 1889, denominada Usina do Limão, localizada na região da baixada campista (BARBOSA, 2003). A partir de então, os investimentos de modernização na produção de açúcar introduziram novas plantas industriais na região Norte Fluminense e elevaram o nível de produtividade. Juntamente com a chegada das usinas de açúcar, desponta a figura do usineiro e, com ele, todo um sistema peculiar de práticas sociais, que se refletem principalmente no campo das influências políticas. Assim, cada vez mais

²⁷ Este foi o primeiro Engenho Central da América Latina.

²⁸ De acordo com Andrade (1994) *apud* Barbosa (2003), os engenhos centrais se diferenciavam das usinas pelo fato de que estes funcionavam em moldes de cooperativas, onde ficava proibida a existência de terras próprias cultivadas. A eles cabia somente o beneficiamento de canas de fornecedores, numa nítida separação entre a atividade agrícola e a industrial, que fracassou porque o segmento industrial funcionava com grande capacidade ociosa. As usinas, por sua vez, garantiam o fornecimento de matérias-primas ao possuírem terras e cultivarem a cana-de-açúcar.

o espaço vai sendo moldado de acordo com a demanda do grupo dominante vigente, e com isso a paisagem vai incorporando determinadas características.

De acordo com Paes (1999), no final do século XIX, a indústria do açúcar se encontrava bastante desenvolvida, principalmente no município de Campos dos Goytacazes. Esta fase da história ficou conhecida como a primeira modernização, cujo marco central foi à mencionada substituição dos engenhos de açúcar pelas usinas. Esta substituição permitiu um aumento do controle do processo produtivo da cana-de-açúcar e seus produtos finais. Conforme ressalta Neves:

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos e arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (NEVES; 1997:66).

De acordo com Barbosa (2003):

Identifica-se, então, um novo período, em que há concentração industrial; transformações tardias nas relações de trabalho (da escravatura passou-se às parcerias e à predominância do trabalho assalariado); aprofundamento da divisão social do trabalho; reconfiguração dos atores no processo produtivo, com o empobrecimento dos antigos senhores de engenho que agora passam a ser fornecedores (...). Paralelamente a esta ampliação de fornecedores e de área plantada, se desenvolve a concentração de capitais. As áreas em torno da usina foram sendo adquiridas pelos usineiros numa fase marcante de territorialização do capital (BARBOSA; 2003:113).

Como observam Santos e Silveira (2001), neste momento chegou ao fim a regência do tempo natural que, imediatamente, cedeu lugar a um tempo lento, para dentro do território, associado com um tempo rápido para fora deste. O resultado desta transformação para o setor sucroalcooleiro foi a penetração do capital financeiro e industrial no campo. Este capital passou a controlar toda a cadeia produtiva açucareira, desde o cultivo até a sua distribuição comercial.

Assim, a industrialização da produção do açúcar contribuiu para o surgimento de novas relações econômicas e de trabalho na região Norte Fluminense, exercendo influência direta na paisagem local. Estas passaram a fundamentar-se nos moldes do capitalismo moderno.

No início do século XX a produção canavieira era crescente e as usinas predominavam na paisagem da região. Em Campos dos Goytacazes, segundo Pereira Pinto (1987) havia 27 unidades produtivas, sendo que as maiores eram Cupim, Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos. Nesse período o município passou a ser o maior produtor de açúcar cristal do Brasil. Entretanto, com a crise de 1929 a exportação retraiu, o que refletiu diretamente na produção da região (CARVALHO e SILVA, 2004).

Para sair da crise recém instaurada, o grupo de usineiros pressionou o Estado que, por sua vez, adotou uma série de medidas visando o benefício desse setor. Uma delas foi a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Segundo Szmrecsányi (1988), o papel principal deste Instituto era o de estabelecer cotas de produção, em que cada usina só poderia fabricar determinada quantidade de açúcar. Num primeiro momento a ação ajudou aos usineiros da região a saírem da crise. Porém, com a consolidação de São Paulo como importante produtor de açúcar, as unidades produtivas do Norte Fluminense entram novamente em crise. Tal situação é agravada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que as exportações de açúcar fossem praticamente interrompidas. Sendo assim, muitas usinas campistas não suportaram a concorrência com São Paulo e faliram, a exemplo das usinas São José, Santo Amaro, Sapucaia, Cupim, Santana, Paraíso, Outeiro. Neste contexto a paisagem volta a sofrer alterações. O grupo de usineiros que dominavam o município perde um pouco de sua influência e os recursos que até então tinham destinos voltados a atender suas necessidades passam a ser alocados em outras benfeitorias. O território campista passa a ser re-caracterizado.

3.2.3 - MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

De acordo com Santos e Silveira (2001), o final da Segunda Guerra Mundial inaugura o início de uma nova racionalidade no modo de produção capitalista e assinala a emergência da revolução técnico-científico-informacional. Inicia-se a aproximação entre a ciência e a técnica, ambas regidas pelas leis do mercado global que ascendera. Deste modo, a ideologia do consumo, atrelada ao crescimento econômico e ao planejamento, forneceram as idéias que subsidiaram e deram contorno a economia, a sociedade e a política. Isto repercutiu, diretamente no gerenciamento do território. Era preciso, pois, modernizá-lo. Santos (1999) afirma que nesse novo contexto:

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais etc. Conseqüência mais estritamente geográfica diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo (SANTOS; 1999:192).

Esta modernização é então acompanhada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, informação e transporte, acirrando os fluxos materiais e imateriais. Estes passam a condicionar o território de modo a assumir uma nova forma de funcionamento, o que culmina na exacerbação do processo de alienação do espaço. Ora, mediante o grande fluxo material e imaterial, o uso da terra passa a ser, gradativamente, regulado pelos interesses de empresas, favorecendo então, a perda do controle do território por parte do Estado.

Nesta arena de transição do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional, o Estado brasileiro desencadeou um amplo processo de modernização das condições de produção, não só do setor sucroalcooleiro, mas de diversos setores da agricultura. Nesta situação emerge a política de reestruturação e modernização do parque industrial sucroalcooleiro nacional. Todavia, de acordo com Bernardes (1997), a introdução da mesma técnica,

repercute de forma diferente segundo cada espaço, isso porque o uso dos objetos não é idêntico. As técnicas não são independentes. Sua introdução e utilização estão vinculadas diretamente ao uso e gerenciamento do território onde estas serão aplicadas.

No momento desta reestruturação do parque industrial sucroalcooleiro, o Norte Fluminense não reunia condições necessárias de acumulação plena, já que os objetos técnicos encontravam-se desarticulados. As usinas, principais unidades produtoras, operavam praticamente de maneira independente, resultando em um baixo dinamismo neste território. Ao contrário de São Paulo, em que uma maior racionalidade do processo produtivo estava presente (BERNADES, 1997). Portanto, o processo de modernização e reestruturação do padrão produtivo das usinas sucroalcooleiras, no Norte Fluminense, com destaque para o município de Campos dos Goytacazes, ocorreu desacompanhado de um aumento e transformação da capacidade de produção, cultivo e qualidade da matéria-prima essencial, na mesma proporção: a cana-de-açúcar (NEVES, 1997). O resultado é que sem matéria-prima para trabalhar muitas usinas entraram em falência. Por isso, apesar da reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro campista ter ocorrido no contexto de crescimento do meio técnico-científico-informacional, o mesmo não conseguiu absorver as características deste período e revertê-las para o território campista.

Contudo, obedecendo a uma tendência nacional e de modo a enfrentar a crise que se inicia neste período, conforme defende Bernardes (1997), observa-se ainda nos anos 1970, no Norte Fluminense, um processo de fusão de várias usinas sucroalcooleiras. Este processo passou a atrair e reunir novos proprietários, alguns oriundos de outras regiões, merecendo destaque àqueles oriundos do Nordeste, a exemplo do Grupo J. Pessoa e do Grupo Othon. Segundo Bernardes (1997) os novos grupos procuraram estabelecer alianças locais de modo que aquelas oligarquias existentes no mundo canavieiro foram ampliadas, com novos grupos dotados de certa influência política. Estes passaram a exercer um papel frente ao projeto mais amplo do país que se instituía naquele momento.

Deste modo, Francisco (2006) assevera que a consequência é que neste período, a forma de administração das indústrias sucroalcooleiras sofreu importantes transformações. A gestão das usinas deixou em segundo plano um modelo familiar tradicional, para assumir um modelo de empresas ministradas por grandes corporações que, inclusive, possuíam investimentos em outros ramos da economia. Essas modificações trouxeram influência direta na paisagem local. Grupos familiares tradicionais dividem espaço com empresas de outros lugares (gerando o processo de alienação do espaço²⁹). A posição de dominação gradativamente vai se perdendo, dando a oportunidade a outras iniciativas (principalmente para o ramo petrolífero que vai se fixando). Com isso, o setor passa a dividir as atenções e os recursos, deixando de ser o elemento dominante da paisagem, para se tornar residual. Tal situação é agravada com o decorrer do tempo. Só na segunda metade do século XX, 10 unidades produtivas encerraram a produção (Mineiros, Poço Gordo, Santo Antonio, Novo Horizonte, Santa Maria, Outeiro, Queimado, Victor Sence, Cambaíba e São João) conforme pode ser verificado na Tabela 2, a seguir:

²⁹ Os espaços de produção passam a ter um vínculo maior com o local de origem da empresa, perdendo a ligação com o município.

Tabela 2 - Relação das indústrias sucroalcooleiras em atividade no Estado do Rio de Janeiro de 1970 a 2005.

Unidade Industrial	Localização Município	Anos (1900)										
		70 a 72	73 a 79	80	81 a 84	85 a 90	91 a 92	93 a 94	95	96 a 2001	2002	2003 a 2005
Mineiros	Campos dos Goytacazes											
Poço Gordo	Campos dos Goytacazes											
Santo Antônio	Campos dos Goytacazes											
Novo Horizonte	Campos dos Goytacazes											
Santa Maria	Bom Jesus do Itabapoana											
Outeiro	Cardoso Moreira											
Queimado	Campos dos Goytacazes											
Santo Amaro	Campos dos Goytacazes											
Victor Sence	Conceição de Macabu											
Cambaíba	Campos dos Goytacazes											
São João	Campos dos Goytacazes											
Carapebus	Carapebus											
Quissamã	Quissamã											
Barcelos	São João da Barra											
Cupim	Campos dos Goytacazes											
Paraíso	Campos dos Goytacazes											
Pureza	São Fidélis											
Santa Cruz	Campos dos Goytacazes											
São José/COAGRO	Campos dos Goytacazes											
Sapucaia	Campos dos Goytacazes											
Nº de unidades em atividade		20	17	17	17	16	15	14	11	9	8	7

Fonte: Veiga, Vieira e Morgado (2006:28).

A crise se generaliza na região no último quarto do século XX. Até mesmo as usinas que funcionavam sob a gerência de empresas externas param suas produções. Das vinte e sete que trabalhavam com a capacidade máxima no

período áureo produtivo, no final de 2005 somente 7 estavam em funcionamento. Hoje a situação é ainda pior, com apenas duas usinas em operação (COAGRO e Tócos). Porém, as grandes estruturas permanecem espalhadas por todo município (além de suas plantações), algumas em ruínas, outras com novas funções, sendo parte integrante da paisagem e um elemento de caracterização. Mediante esta situação, cabe identificar junto a população a percepção que estes têm sobre essas estruturas, dando ênfase para os moradores que residem em seu entorno, considerando que possuem um contato diário. É neste contexto que o trabalho se desenvolve, procurando compreender a relação que a população local tem com os vestígios da produção sucroalcooleira, que foi tão importante num determinado momento da história local e hoje chega a ser tratado como um entrave para o desenvolvimento local.

3.3 – METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho foi feito um levantamento bibliográfico (com posterior leitura e análise) de elementos relacionados à atividade sucroalcooleira e a história de Campos dos Goytacazes, a fim de apreender como este influenciou na configuração da atual paisagem de Campos dos Goytacazes. Paralelamente, recorreu-se a livros, artigos, ou seja, buscou-se autores que tem como objeto de estudo a Paisagem Cultural e o Patrimônio Industrial, com o intuito de desenvolver as principais discussões que dão base ao desenvolvimento do trabalho. Ainda no campo do levantamento bibliográfico, buscou-se nas publicações oficiais (em órgãos como a UNESCO, IPHAN, ICOMOS) conteúdos acerca do processo da “patrimonialização” da paisagem e do tratamento do Patrimônio Industrial, trazendo elementos importantes para o decorrer do trabalho, relacionando os conteúdos ao caso específico do município.

Com o fim de entender a influência do setor sucroalcooleiro na configuração da paisagem campista, destacando seus elementos na constituição da mesma, fez-se uso de imagens digitais (utilizando o Google Earth) e fotografias do entorno das unidades produtivas. A utilização desta possibilitou ressaltar a

presença das usinas no município, a sua distribuição pelo território e como elas se caracterizam hoje, mediante ao novo contexto em que estão inseridas e por seu intermédio, fez-se possível estabelecer as relações entre os bens patrimoniais e a expansão do município.

Outro instrumento que se fez uso na pesquisa foi a aplicação de questionários (em anexo). O público alvo foram os moradores que residem no entorno das unidades produtivas. Estes as têm como elemento constante no seu cotidiano, sendo assim, apreender aspectos relacionados à percepção da mesma na paisagem seria importante para o trabalho. De maneira geral, o conteúdo do questionário pode ser dividido em quatro partes: na primeira buscou-se caracterizar (no sentido socioeconômico) os indivíduos respondentes, a fim de entender se suas respostas seguiam um padrão, relacionando-as com as características do indivíduo; na segunda parte o objetivo era entender o vínculo do respondente com a unidade produtiva, entendendo se o mesmo influencia na sua percepção; no terceiro ponto a intenção é obter a percepção do respondente sobre as usinas e a atividade sucroalcooleira, registrando se é positiva ou negativa, relacionando com a inclusão da mesma na paisagem dominante ou residual; e por fim, indago sobre o futuro do setor no município, deixando a pergunta em aberto, a fim de obter novas informações.

A escolha do local de aplicação variou de acordo com a característica do lugar, principalmente pela situação geográfica do entorno. Buscou-se verificar se a situação do entorno influencia na percepção do respondente. Assim, as unidades produtivas trabalhadas foram: Usinas de Santo Antonio e Queimados (unidades desativadas presentes na zona urbana do município); COAGRO e Tócos (unidades não presentes no perímetro urbano, mas ainda em funcionamento); Cupim/Ururaí (unidade desativada afastada da zona urbana, contudo com um maior grau de autonomia em relação à produção canavieira) e Cambaíba (unidade desativada afastada do centro urbano e com um grau forte de dependência da produção sucroalcooleira).

No decorrer do trabalho foram aplicados 10 questionários no entorno de cada unidade produtiva. Não se viu a necessidade de uma amostra maior devido à

uniformidade da população estudada. A escolha dos respondentes foi baseada numa amostra aleatória por conveniência. Porém, sempre que possível (pois em alguns locais já não há mais vestígios da mesma) buscou-se trabalhar com os indivíduos que residem na antiga vila dos trabalhadores da usina ou regiões próximas, visando registrar a percepção daqueles que possuem um contato maior com a unidade. Como auxílio nesta tarefa fez-se uso de imagens digitais que davam conta da característica do entorno, o que facilitou a realização do trabalho.

3.4 - UNIDADES PRODUTIVAS

3.4.1 - USINA SANTO ANTONIO/BECO

3.4.1.1 – CONTEXTO HISTÓRICO

Construída sob a forma de Engenho Central entre os anos de 1880 e 1881, a Usina Santo Antonio pertencia a Joaquim Pinto Neto dos Reis, o Barão de Carapebus, que residia no Solar do Beco³⁰, onde atualmente funciona o Asilo do Carmo (esta situação, somada ao fato de que a unidade produtiva ocupa uma grande extensão de terra próxima ao antigo bairro do beco faz com que a referida seja conhecida na região como Usina do Beco). A unidade encontra-se, hoje, numa das avenidas mais movimentadas do município, a Av. 28 de Março, na saída da cidade, sentido RJ – 216 (Rodovia do Açúcar).

Em 17 de Agosto de 1884, utilizando-se de recursos oriundos do governo e adotando o modelo produtivo e maquinários provindos da França, a unidade torna-se usina e passa a pertencer ao Comendador Antonio Manoel da Costa. No ano de 1906 a firma Brandão & C. comprou a propriedade e passou a ser gerida pelo Coronel Germano Ribeiro Castro. A referida empresa aumentou sua capacidade produtiva, possibilitando a moagem de 200 toneladas de cana por dia. Porém, devido a um período de seca, em 1917, sua produção foi de apenas 12 sacos de açúcar de 60 quilos. Em 1918 houve um aumento e a unidade moeu 14.054 sacos

³⁰ Também conhecido como o Solar do Barão de Carapebus, este imóvel é um bem tombado pelo IPHAN.

de açúcar. Neste mesmo período trabalhavam na usina 80 funcionários e a mesma contava com um moderno maquinário, com luz elétrica própria e rede de comunicação (telégrafo e telefone) com as demais propriedades da firma. Com o passar do tempo a produção foi oscilando, mas com um aumento considerável se comparamos com os anos de 1917 e 1918, tendo registrados os seguintes números entre 1929 e 1934: 64.235 – 59.053 – 61.560 – 41.650 e 47.205 sacos de 60kg.

Em 1935 a Companhia Industrial Agrícola Usina Santo Antônio era dirigida por um grupo de sócios liderados por Tarcísio D'Almeida Miranda (IAA, 1942). Superando várias crises e grandes dificuldades, a Usina Santo Antonio continuava mantendo sua produção, como demonstra estes números em 1940/41, 67.338 e, em 1970/71 pulou para 186.656 sacos de 60kg. Porém, com a morte do Senador Tarcísio Miranda em 1958, assume o seu lugar o filho Osvaldo Miranda.

Este novo proprietário assume num momento favorável para a produção açucareira. O governo federal, neste período, investiu grandes quantias na modernização do parque açucareiro na região. Visando o aumento da capacidade produtiva, em 1978, a Usina de Santo Antonio se funde com a Usina de Cambaíba. Os novos donos modernizaram a produção, construindo uma nova unidade ao lado da antiga usina, criando um parque açucareiro, cuja capacidade, em 1980 extrapolava os 25 milhões de sacas de açúcar.

O usineiro³¹ se aproveitou do período em que havia disponibilizado pelo Governo recursos para a produção de açúcar. Porém, a crise vivida por todo o país na década de 1980 trouxe consequência direta à unidade e a mesma não conseguia produzir o suficiente para pagar as dívidas contraídas para a modernização do parque fabril. Neste contexto a Usina de Santo Antonio dá por encerrada sua produção.

³¹ Nos últimos meses foram divulgadas notícias que atrelam o proprietário da Usina de Cambaíba, Heli Ribeiro Gomes (então deputado federal) a crimes no período da ditadura. Segundo as reportagens, este indivíduo disponibilizava as chaminés de sua unidade para a incineração de corpos de presos políticos. Em contra-partida, o proprietário recebia benefícios e garantias que facilitavam a produção de sua usina. Tal situação pode explicar as grandes quantias que recebeu de empréstimo, possibilitando tal fusão e aumento da capacidade produtiva.



Figura 2 - Unidade produtiva no início do século XX

Fonte: <http://institutohistoriar.blogspot.com.br/2012/04/origem-da-usina-santo-antonio.html>



Figura 3 (A e B) - Solar do Beco no início do século XX

Fonte: <http://institutohistoriar.blogspot.com.br/2012/04/origem-da-usina-santo-antonio.html>

3.4.1.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM

A paisagem que circunda a Usina Santo Antonio é caracterizada pela presença marcante de elementos antrópicos, dado que atualmente se encontra no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes. Localizada no entrocamento da Avenida 28 de março (via com grande movimentação que liga diversos bairros ao centro da cidade), com a RJ-216 (rodovia que interliga a região da baixada ao centro da cidade) e a Avenida Presidente Kennedy (via de acesso a BR-356) a unidade produtiva é um elemento constante no cotidiano dos moradores do município.

Em seu entorno percebe-se o crescimento recente de bairros populosos, com moradias características, em sua maioria, de famílias de classe média e

baixa. Além disso, também se observa na paisagem a presença de estabelecimentos comerciais, com destaque para as diversas lojas de materiais para a construção, o que evidencia o constante crescimento do local.

A desativação da produção da usina criou vazios urbanos que, nos últimos anos, vem sendo alvo de constante e intensa especulação imobiliária. Segundo relato de um morador residente nas proximidades da unidade, nos últimos 10 anos, pelo menos 5 grandes obras foram feitas na redondeza, com destaque para os dois galpões construídos na entrada lateral da usina e um conjunto habitacional recém inaugurado. Uma situação que explicita esta situação diz respeito à utilização das imagens do Google Earth, como recurso de pesquisa. Estas foram obtidas no início de 2012 e ainda não estava registrada a presença de alguns desses empreendimentos. E a situação só se acentua, pois está previsto para o fim de 2012 a construção de um novo empreendimento nas terras da usina. Pretende-se instalar um bairro planejado em sua área frontal, o que tornará os resquícios da unidade produtiva um elemento ainda mais secundário na paisagem.



Figura 4 - Condomínio Residencial construído nas terras da Usina Santo



Figura 5 - Novos empreendimentos nas terras da Usina Santo Antonio

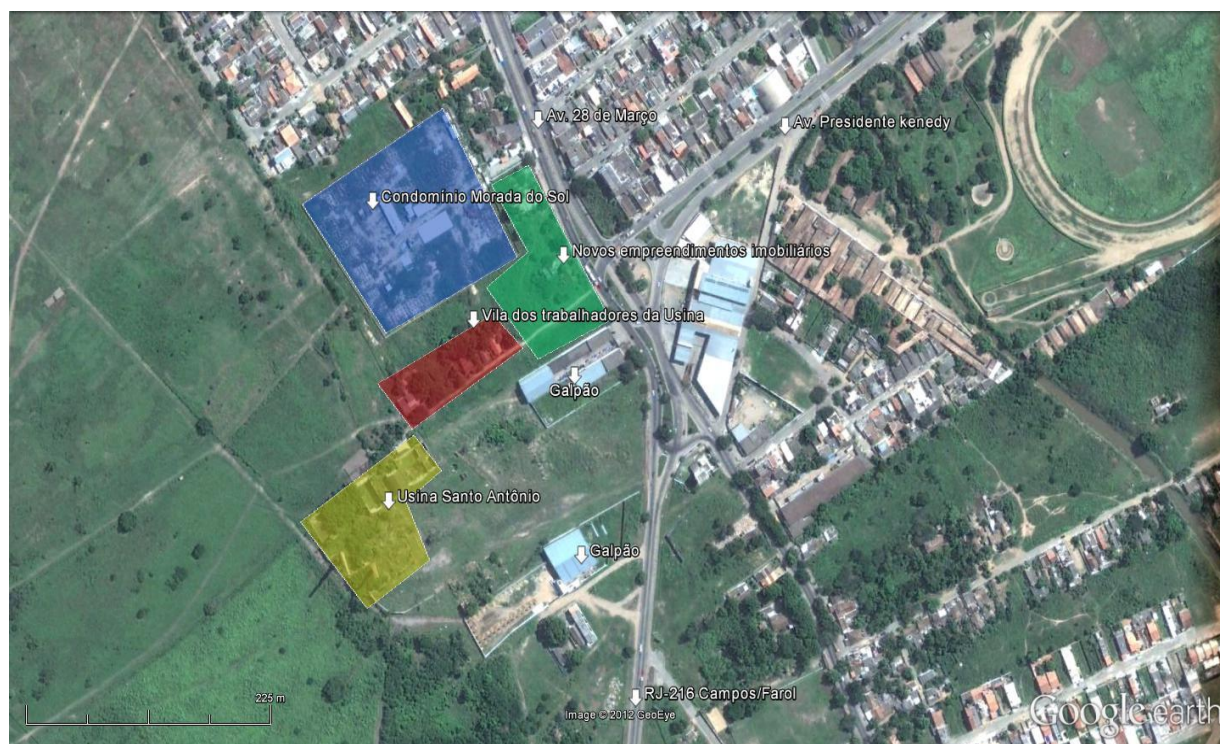


Figura 6 - Visão geral da unidade e expansão no seu entorno

Porém, mesmo neste contexto onde a lógica do capital predomina e leva a modificação do espaço a fim de atender suas necessidades, sobrevive resquícios

de elementos que remetem ao período da produção açucareira. Da antiga vila de moradores restam ainda 5 casas (em avançado estado de degradação), onde uma família de antigos trabalhadores ainda reside. Segundo o senhor que ainda ocupa a casa, os antigos residentes ou foram obrigados a se mudar ou morreram, só restando ele e sua família, e tal fato só é possível devido aos serviços que ainda presta aos donos da terra, como vigia.



Figura 7 (A e B) - Antiga vila dos trabalhadores da Usina Santo Antonio;



Além da vila, ainda encontra-se vestígios da antiga sede administrativa da unidade e do antigo pátio de produção, com a presença de suas três chaminés sobressaindo na paisagem e coexistindo com prédios recém erguidos. Resta

também uma extensa área de plantio que hoje esta sem uso, servindo, parcialmente, como pasto. Esta se localiza nos fundos da unidade produtiva. Porém, tudo leva a crer que daqui a algum tempo também será cooptada pelo capital, seja para construção de residências, seja para a criação de estabelecimentos comerciais, haja visto que o local está recebendo investimentos em infraestrutura por parte do poder público municipal, pois irá fazer parte do Complexo Logístico de Barra do Furado.



Figura 8 - Visão da parte posterior da Usina Santo Antonio;

3.4.2 - USINA PARAÍSO/TÓCOS

3.4.2.1 - CONTEXTO HISTÓRICO

Tócos é o 17º distrito do município. A presença da unidade produtiva na região é de suma importância, pois teve influencia direta na formação do local. A usina está situada em zona de planície, próxima a Lagoa Feia, distante 18 quilômetros centro da cidade. Torres Filho (1920) afirma que sua localização é privilegiada, pois encontra-se na área central da produção açucareira (isso no início do século XX). O acesso a usina se dá pela RJ-236 (Rodovia do Açúcar),

ficando próxima ao Solar do Colégio, onde desde 2001 funciona o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

Consta no site da Prefeitura de Campos dos Goytacazes que o nome da localidade originou-se devido a enchentes que ocorriam na Lagoa Feia. Na época das cheias, a lagoa expandia seu território, alagando as regiões e com isso muitas árvores pequenas ficavam submersas. Por conta desta situação, muitas embarcações do período de escravidão naufragavam quando batiam o fundo nos tocos das árvores submersas.

A unidade produtiva em questão, antes de se tornar usina, foi um engenho movido a rodas d'água, sob o comando de José Ignácio da Silva Pinto, o 2º Barão de São José. Em 1888, regido pelo decreto nº 10.182 foi concedido ao seu herdeiro, Guilherme José de Miranda e Silva e seu sócio Vicente Pereira Ribeiro, o direito de montar um engenho central. Sendo assim, em 18 de junho de 1889 foi assinado o contrato para sua construção.

Em 1900 a Usina foi adquirida pela *Sucrerie du Cupim* e, em 1907, passou a se chamar, *Societé Sucrerries Bresilienne*. Cabe destacar que este grupo detinha mais uma unidade de produção em Campos (Usina do Cupim) e outras 4 no Estado de São Paulo (Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz e Lorena). Em 1903, a *Societé Sucrerries Bresilienne* enviou ao Brasil o engenheiro J. Picard, a fim de conhecer a situação do conjunto das suas unidades produtivas. Este, ao descrever a Usina de Tócos, atribui às seguintes características:

Trata-se de uma usina bastante bela, maior que a de Cupim; guarda certa semelhança com a de Villa-Rafard [Usina Rafard, em Rafrad-SP], tendo sido instaladas, em grande parte, por seus construtores. Sua grande moenda é do mesmo modelo, mas não tem segunda moagem. (...). Em resumo, ela é apenas um pouco mais fraca do que a Villa-raford, mas processaria como facilidade 250 toneladas por dia. A destilaria, com um aparelho Derosne Cail é mais que suficiente para uma fabricação como esta. No ano passado processou 15 mil toneladas de canas, e teria podido fazer quase o dobro. Não duvido que um dia consiga fazê-lo (PICARD; 1996: 127).

Neste mesmo relatório, J. Picard (1996) ainda trata da relação existente entre as unidades produtivas pertencentes à *Société Sucreire Brésilienne*. Para este autor, mesmo distante 18 quilômetros uma da outra (mas ligadas diretamente por estrada de ferro, com trajeto durando cerca de 1 hora e 15 minutos), as unidades eram tidas como irmãs siamesas, pois tudo que faltava em uma, tinha na outra. O autor finaliza o documento apontando que a empresa francesa fez um ótimo negócio ao adquirir a Usina Paraíso (contrabalanceando o erro que foi a aquisição da Usina do Cupim), pois a unidade encontrava-se em zona privilegiada, com facilidade no escoamento e na obtenção de energia (próximo a Lagoa Feia), tendo ótimas perspectivas de aumento na produção.

Outras informações históricas relevantes acerca do funcionamento da usina no início do século XX, obtidas através do inventário realizado por Torres Filho (1920), que merecem registro, apontam que a unidade tinha um total de 210 trabalhadores neste período, divididos em dois turnos. Sua produção era de 38 mil sacos de açúcar e seus maquinários tinham a possibilidade de moer 30 toneladas de cana ao ano. Além disso, a Usina Paraíso tinha ligação direta com a estação Leopoldina, por meio de linha férrea, o que facilitava o escoamento de sua produção.

No início da década de 1950 o grupo francês que administrava a unidade produtiva deu suas operações por encerradas no Brasil, vendendo todas suas propriedades. Em 1964, o Sr. Geraldo Silveira Coutinho adquiriu a usina e passou a administrá-la. Em 2006 a unidade em questão produziu 855.500 sacas de açúcar.



Figura 9 (A e B) - Usina de Tócos no início do século XX; Símbolo da Usina;
 Fonte: <http://sapiencias.blogspot.com.br/2009/05/usina-paraiso-de-engenho-usina.html>

3.4.2.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM

Na paisagem deste distrito, é marcante a presença desta unidade produtiva. Ela encontra-se no centro de Tócos, estruturando, de maneira direta ou indireta, o local. O atual adensamento residencial tem relação direta com a usina, onde quanto mais próximo do local de produção, maior é a quantidade de residências e comércios. O inverso é verdadeiro, sendo que quão mais distante da unidade, menor é o número de residências, por sua vez, estão dispostas de maneira linear, com ligação direta para a unidade produtiva.



Figura 10 - Visão frontal da Usina de Tócos;

A paisagem do distrito ainda é caracterizada pela presença das plantações de cana-de-açúcar e todos os maquinários utilizados para o seu beneficiamento. Porém, percebe-se também a existência de um grande número de chaminés, das olarias, que são constantes em toda baixada, disputando espaço com a marca da usina. Outro ponto que merece destaque diz respeito é a presença das elevações da Serra do Mar, servindo de moldura para a paisagem do local.



Figura 11 - Visão panorâmica da Usina de Tócos;

No que diz respeito aos elementos que remetem a memória do local, destaca-se a presença da antiga vila de trabalhadores da usina. Esta encontra-se no lado esquerdo da unidade, com algumas casas bem conservadas, recém reformadas, e, em sua maioria, segundo relatos obtidos no local, ainda ocupadas por pessoas que prestam serviço a Paraíso. Há também, nos fundos da unidade, algumas casas, melhor estruturadas e em melhor estado de conservação, que eram dos trabalhadores que ocupavam cargos de melhor remuneração. Elas constituem uma pequena vila.



Figura 12 (A e B) - Residências dos trabalhadores da Usina de Tócos:

3.4.3 - USINA CAMBAÍBA

3.4.3.1 – CONTEXTO HISTÓRICO

O Complexo Agroindustrial Cambaíba encontra-se em Martins Lages, 2º sub-distrito de Campos dos Goytacazes, a 15 quilômetros do centro da cidade, na estrada que liga o município a São João da Barra, próximo a margem do rio Paraíba do Sul. A unidade também tem acesso pela estrada do açúcar, no trevo próximo a localidade de Cruz das Almas. No local a usina se destaca como elemento central, com as moradias dispostas ao seu redor. Com esta configuração, penso que a mesma influenciou diretamente no processo de

constituição da localidade, atraindo pessoas e recursos, caracterizando o espaço de acordo com sua demanda.

Segundo Torres Filho (1920), a unidade, enquanto usina, foi inaugurada no início do século XX, sob a administração da empresa Augusto Ramos & C. Esta, assim que recebeu a posse, empreendeu diversas reformas, pois almejava o aumento de sua capacidade produtiva. Após os investimentos iniciais a usina passou a operar com 150 operários, que trabalhavam em dois turnos no período de moagem e sua produção, em 1917, alcançou as 57.211 sacas de açúcar.

Na década de 1960 a unidade produtiva foi adquirida pela família Ribeiro Gomes. Aproveitando-se dos empréstimos concedidos pelo governo federal³², os novos proprietários empreenderam outra grande reforma, aumentando consideravelmente sua capacidade de produção. Indo além, como parte dessa estratégia de expansão, os responsáveis pela administração de Cambaíba adquiriram novas unidades, como, por exemplo, a Usina Santo Antonio. O valor da operação girou em torno dos 12 milhões de cruzeiros, obtidos por intermédio de empréstimo do governo federal (CARVALHO, 2006).

No ano de 1974/1975 a safra foi de 385.500 sacos de açúcar, com uma previsão de 1.000.000 de sacos para a produção do ano de 1978/1979. Neste período a unidade ocupava uma área total de 6.763 hectares. Porém, mesmo com grande capacidade produtiva os proprietários não conseguiram pagar o empréstimo. Além disso, a fusão gerou crises trabalhistas, com a necessidade de dispensa de funcionários para conter as despesas. Neste contexto, o último administrador da unidade, o deputado Heli Ribeiro Gomes, decide por encerrar a produção da Usina de Cambaíba.

³² Heli Ribeiro Gomes, administrador da unidade exerceu a função de vice-governador do Estado e deputado federal, além disso seu nome está vinculado ao aparato repressivo da Ditadura Militar, já relatada anteriormente, o que pode haver influenciado na facilidade de obtenção dos empréstimos.



Usina Cambaíba em 1940-50 (foto do Álbum)

Figura 13 - Usina Cambaíba no início do século XX;

Fonte: Carvalho (2006)

3.4.3.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM

A Usina Cambaíba se caracteriza por estar 12 km distante do perímetro urbano do município. Na estrada principal de acesso a unidade percebe-se a presença constante de elementos rurais na paisagem, como espaços extensos destinados ao plantio de cana-de-açúcar, locais de pastagens e áreas abandonadas. As residências do entorno possuem características de sítios, com zonas de plantio e criação de animais.



Figura 14 - Entorno da estrada de acesso a Cambaíba (via BR – 356);

Na paisagem local os elementos relacionados à unidade produtiva predominam, influenciando as demais estruturas a sua volta. As chaminés se destacam, sendo um referencial para quem deseja chegar a da localidade. As grandes estruturas que abrigavam os maquinários, mesmo que em estágio avançado de degradação, marcam, de certa maneira, a beleza da paisagem, sendo, um símbolo da derrocada da produção sucrocooleira. Frente à usina temos a presença de um pequeno aglomerado urbano, onde residem, em sua maioria, os trabalhadores que mantiveram relação direta ou indiretamente com a produção de açúcar no local. Porém, segundo informações, essa área não constitui a antiga vila dos moradores. Esta situava-se ao lado da sede administrativa e foi derrubada por ordem dos antigos donos, que por sua vez cedeu espaço para a construção de novas residências.



Figura 15 - Área da usina, vias de acesso e localização do aglomerado urbano.

A unidade produtiva encontra-se interligada diretamente com as usinas da baixada (via estrada de Poço-Gordo), com a localidade de Barcelos e com o centro de Campos. As vias de acesso encontram-se em bom estado de manutenção. Isso já não pode ser dito do local onde se dava a produção. Este apresenta estágio avançado de degradação, com uma de suas chaminés parcialmente destruída, além das estruturas metálicas (as que restaram) enferrujadas e a alvenaria deteriorada. Relatos de moradores apontam que em período de fortes ventos, há o desprendimento de algumas partes do antigo galpão, representando um perigo aos residentes no local. Contudo nem toda área está abandonada. A antiga sede administrativa passou por reformas e um anexo foi construído.



Figura 16 (A e B) - Estrutura da antiga Usina Cambaíba;



Figura 17 - Antiga sede administrativa da Usina Cambaíba;

Outro ponto que merece destaque diz respeito a influência da família Ribeiro Gomes na região, mesmo após o encerramento da produção. Logo na entrada do lugarejo há uma quadra de eventos que recebe o nome de Cecília Ribeiro Gomes, filha do último mandatário da usina. Além disso, conversando com os moradores, percebe-se o apreço que os mesmos têm pela família, tanto que, segundo relatos, a citada concorreu ao cargo de vereadora do município e obteve quase a totalidade dos votos da comunidade.

Quem vai a Cambaíba percebe a dependência que a localidade ainda tem da usina. Mesmo não produzindo a mais de duas décadas, seus moradores ainda mantêm a esperança que um dia volte a moer, transformando-se novamente num atrativo de pessoas, possibilitando a circulação de recursos. Porém, novos fatos tendem a mudar a situação do local. Mesmo estando um pouco distante da área central do município, suas terras estão propensas a sofrer com a especulação imobiliária. Hoje, locais próximos já estão sendo utilizados para a construção de condomínios fechados. Para intensificar a situação, com os grandes empreendimentos implantados na região (com destaque para a construção do

Porto do Açu) há uma tendência de crescimento demográfico, com a projeção de que Campos dos Goytacazes alcance o quantitativo de 1 milhão de habitantes e a população de São João da Barra alcance os 232 mil habitantes até o ano de 2025. Tal fato influenciaria na expansão da malha urbana dos municípios, podendo gerar um processo de conurbação³³, o que afetaria diretamente a unidade, pois a mesma encontra-se na divisa desses locais.



Figura 18 - Centro urbano de Campos dos Goytacazes e Cambaíba;

³³ Crescimento horizontal de dois centros urbanos ao ponto de haver uma junção dos mesmos.



Figura 19 (A e B) – A Usina Cambaíba e os condomínios residenciais;

3.4.4 - USINA CUPIM/URURAI

3.4.4.1 – CONTEXTO HISTÓRICO

Fundada em 8 de julho de 1881 por Manoel Rodrigues Peixoto, Manoel Manhães Barreto e Antônia de Miranda Manhães, a Usina do Cupim é um cartão de visita do município para os viajantes que passam pela BR-101. Distante 10

quilômetros do centro da cidade, a unidade se destaca no distrito de Ururaí (por este motivo a unidade também é conhecida como Usina de Ururaí).

No início do século XX a unidade foi vendida para a firma francesa *Société Sucrerie Brésilienne* e passou a se chamar *Sucrerie du Cupim*. Neste período, conforme já ressaltado ao se tratar da Usina de Tócos, a referida empresa encomendou um relatório com informações gerais acerca da unidade ao engenheiro francês J. Picard. Este, num primeiro momento descreve sua localização na região da baixada de Campos dos Goytacazes, porém, próximo as montanhas³⁴. Picard aponta algumas características da usina, afirmando que a mesma contém oficina própria para a reparação de equipamentos, com fundição de ferro e cobre, além de possuir estrada de ferro com 25 quilômetros de extensão, 2 locomotivas e 49 vagões, onde só era permitido o trânsito de mercadorias. Porém a unidade apresentava problemas e o engenheiro responsável pela inspeção recomendou reformas para otimizar a produção.

Em 1917 a produção foi de 42.200 sacos e na sua fábrica 180 funcionários trabalhavam no período de moagem. Neste momento sua produção só crescia e na década de 1930 alcançou o posto de terceira unidade mais produtiva na região. Porém, na década de 1953 a empresa francesa decidiu se retirar do Brasil e vendeu suas unidades. Atualmente a Usina do Cupim pertence ao grupo Othon Bezzera de Melo.

O pernambucano Othon Linch Bezerra de Melo foi o criador deste grupo. Com investimentos inicialmente no setor têxtil, esta empresa decidiu por diversificar sua produção e adquiriu diversas unidades de produção sucroalcooleira. Na região Norte Fluminense comprou a Açucareira Usina Cupim, a Companhia Açucareira Usina Barcelos e a Usina Carapebus.

Com essas três unidades produtivas o grupo Othon detinha 1/3 (um terço) da produção total de cana do Estado do Rio de Janeiro, isso na safra 2000/01. Mesmo com a queda na produção na safra seguinte, de 1.326.420 toneladas de cana (na safra 2000/01) para 968.400 toneladas (na safra 2001/02) ela continuou

³⁴ As montanhas mencionadas no relatório são as elevações do conjunto da Serra do Mar.

tendo 1/3 do total de cana produzido, pois houve um decréscimo na produção em todo o Estado.

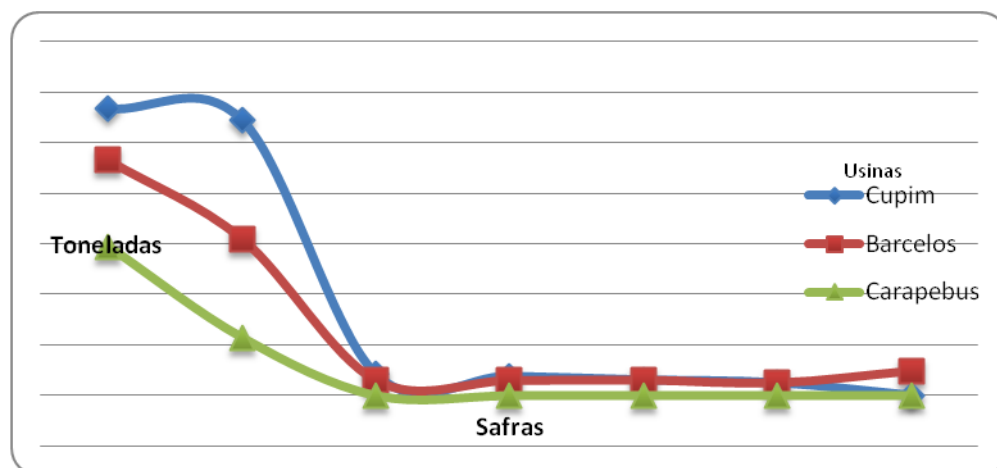


Figura 20 - Produção de açúcar em toneladas;
 Fonte: <http://www.udop.com.br/index.php?item=safra>

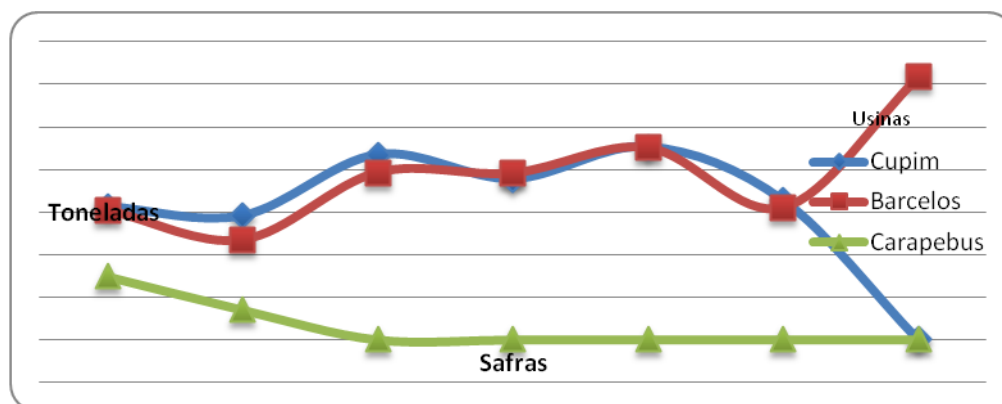


Figura 21 - Produção de cana-de-açúcar em toneladas;
 Fonte: <http://www.udop.com.br/index.php?item=safra>

Conforme mostra a figura 20, a produção de açúcar nas unidades produtivas, a partir da safra 2002/03, sofreu uma brusca queda (excetuando a unidade de Carapebus que fechou suas portas). Porém, a produção de cana (figura 21) destas mesmas unidades tiveram um aumento considerável partir deste mesmo período. Este fato pode ter ocorrido devido ao direcionamento de uma maior quantidade de cana para a produção do álcool combustível. Porém, mesmo com o

aumento da produção da cana, na safra 2007/08, a Usina do Cupim suspendeu sua produção, tornando a unidade de Barcelos à única unidade produtora do grupo na região. Porém a mesma também deu sua produção por encerrada no ano de 2009.

3.4.4.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM

O distrito de Ururaí apresenta características urbanas, com a presença de diversos estabelecimentos comerciais, escolas, unidades de saúde, etc. O local também está passando por uma série de mudanças, influenciada pelo projeto “Bairro Legal” promovido pela prefeitura, onde obras de estruturação e urbanização estão sendo implementadas. Com isso, ruas estão sendo asfaltadas, galerias pluviais construídas, casas novas erguidas e doadas para a população. Porém, mesmo com estas iniciativas, os elementos que remetem a produção sucroalcooleira ainda se destacam.



Figura 22 (A e B) - Entrada lateral e frontal da Usina do Cupim;

Na paisagem do local a unidade produtiva do Cupim e os elementos que a remetem são perceptíveis, caracterizando o distrito. A linha de trem, que fazia o escoamento da produção, ainda se faz presente, com inúmeras casas ao longo da via, construídas principalmente por antigos trabalhadores. Por estarem em locais considerados de risco e por sofrerem constantemente com as enchentes da região, estas estão sendo destruídas pela prefeitura e os moradores removidos, sendo instalados em casas populares construídas e cedidas por este órgão. A plantação de cana cerca todo o entorno e ainda estão ativas, sendo, contudo beneficiadas na Usina São José (COAGRO). Por este motivo, o fluxo de trabalhadores rurais e caminhões para levar a produção, em período de safra, é grande.

Outro ponto que se destaca na paisagem do local diz respeito aos elementos naturais. A Usina do Cupim fica próxima aos contrafortes da Serra do Mar. Com isso, ao fundo da unidade podemos avistar algumas elevações que diferenciam o local do entorno das outras usinas, destacando-se o Morro do Itaoca. Porém, o local está sofrendo profundas transformações. Com a implantação do Porto do Açú na região houve a necessidade de retirada de rochas para a viabilização do projeto³⁵. Estas estão sendo retiradas do local, re-caracterizando o relevo, destruindo algumas elevações, modificando a paisagem.

³⁵ As rochas estão sendo utilizadas na construção do quebra mar do porto.



Figura 23 - Usina do Cupim e a Serra do Mar;

O local de produção encontra-se em estado de deteriorização, por conta de seu abandono. Porém, se comparada a outras usinas do município, está mais conservada. O local onde estão instalados os maquinários e onde se dava a produção encontra-se bem estruturado. As chaminés ainda permanecem intactas. Somente a estrutura que recolhia a cana e a levava para o interior do galpão está enferrujado, com grau avançado de degradação. O grupo que é dono do local mantém trabalhadores vigiando a unidade, mesmo desativada. A antiga vila de trabalhadores está prestes a desaparecer, restando somente uma casa no local (ela é ocupada por um ex-funcionário da unidade).



Figura 24 - Resquício da antiga vila de trabalhadores;



Figura 25 - Antiga estrutura de produção;

3.4.5 - USINA DO QUEIMADO

3.4.5.1 – CONTEXTO HISTÓRICO

A unidade produtiva foi fundada em 7 de agosto de 1880 pelo Comendador Julião Ribeiro de Castro, que trouxe os equipamentos da Inglaterra, da firma Reid,

Noble e Cia. A unidade se caracteriza por situar-se atualmente no perímetro urbano do município, às margens da BR- 101, na avenida Nilo Peçanha.

Atestando sua importância, em 11 de agosto de 1880 o jornal “Monitor Campista” fez uma extensa reportagem sobre a unidade produtiva, denominada “Engenho Central de Queimado”. Nela, a usina é descrita em detalhes e seus maquinários são ressaltados, enfatizando a sua grandeza. Em sua obra foram construídas um total de 21 quilômetros de linhas férreas, para o abastecimento do engenho e escoamento da produção, cujo custo foi de 7 contos de réis por km. Além disso, uma ponte foi feita sobre o Canal Campos-Macaé, a fim de facilitar a locomoção dos 80 vagonetes que prestavam serviços a Queimados (cada um deles transportavam, em média, 600 Kg de cana). Seus salões eram amplos e bem estruturados, planejado para os diferentes processos de beneficiamento da cana.

Em inventário realizado no início do século XX, Torres Filho (1920) afirma que seus fundadores pretendiam realizar reformas na unidade central de produção, trocando sua moenda por outra de tríplice pressão. Neste período trabalhavam na usina 150 operários e sua produção era de 52.600 sacos de açúcar em 1917 e 42.911 sacos em 1918. Na década de 1960 a unidade foi considerada uma das 10 mais importantes do município.

Entre a safra de 1994/1995 a unidade fecha sua produção. Atualmente no local funciona uma casa de shows importante do município. Os antigos maquinários foram preservados, sendo parte da decoração. Porém, com a constante utilização foi sendo degradado, tendo que ser retirado, restante somente a grande moenda. Contudo, constantemente a casa noturna vem sofrendo com ações judiciais por parte dos moradores do entorno que reclamam do alto som e movimentação ocorrida em dias de eventos.



Figura 26 - Usina do Queimado no início do século XX;

3.4.5.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM

Os elementos que circundam a Usina do Queimado, na atualidade, são predominantemente culturais, com vias movimentadas, bairros com intensa ocupação residencial e estabelecimentos comerciais. Porém, isso não quer dizer que no local inexistam aspectos rurais. Ao adentrar a unidade visualiza-se elementos do campo, com a presença de algumas culturas agrícolas, criação de animais, etc. empreendidas pelos moradores que ainda residem no interior da Usina.

Por estar inserido no perímetro urbano do município, o local onde encontra-se os resquícios da unidade produtiva está sendo alvo de especulação imobiliária, principalmente por parte de pessoas com alto poder aquisitivo, que vem construindo condomínios fechados, estabelecimentos pomposos, etc. Pela alta procura e pela localização (que oferece a possibilidade de diversos serviços a população) as terras da usina tem-se valorizado. Assim, gradativamente vão sendo ocupadas, preterindo os elementos que constituem a história da unidade produtiva.



**Figura 27 (A e B) -
Usina do Queimado e
os elementos urbanos;**





Figura 28 - Expansão urbana sobre as terras da usina;

Com isso, os antigos trabalhadores da usina, que moram no que restou da vila dos funcionários são alvos de ações que visam sua retirada. Esta situação serviu de empecilho para a realização do trabalho. Na tentativa de entrevistar estas pessoas, sempre recebia resposta negativa, pois me viam como um funcionário a serviço deste grupo. Os antigos moradores residem em algumas casas localizadas no interior do engenho (ao lado da antiga sede e do local de produção) e numa vila que encontra-se no bairro a frente da unidade (Parque São Caetano), atrás da garagem da auto-viação 1001, num terreno cedido pela usina. Há de se ressaltar que os moradores estão em litígio com a Universidade Veiga de Almeida (UNIVERSO) que reivindica a posse de uma área extensa próxima ao local onde residem.



Figura 29 (A e B) - Antiga vila dos trabalhadores da Usina do Queimado;

Percebe-se no local que os vestígios da unidade produtiva estão se tornando secundário, em função do grande número de empreendimentos imobiliários que tomam conta da região. A chaminé da usina, que antes servia de ponto de referência e cartão de visita para quem chegava ao município, vai sendo escondida pela expansão vertical que assola o bairro. Sendo assim, a história de Queimados vai ficando de lado em razão da lógica do capital e do novo grupo que aloca os recursos.

3.4.6 - USINA SÃO JOSÉ/COAGRO

3.4.6.1 – CONTEXTO HISTÓRICO

A Usina São José foi inaugurada em 9 de Julho de 1883 tendo como primeiro administrador o Coronel Francisco Ribeiro de Vasconcelos. Seus fundadores e proprietários foram Maria de Souza Gomes, João Ribeiro de Azeredo, Comendador Inácio Ribeiro de Azeredo Veiga, tenente Vicente Ribeiro da Silva Vasconcelos, Júlio de Miranda e Silva, José Pinheiro de Andrade, Manoel Ribeiro de Azeredo Areias e Vicente Gomes de Souza.

A unidade produtiva está localizada na Estrada do Açúcar, no distrito de Goytacaz. No local sua presença é ressaltada, assim como sua influência na conformação do espaço. Em 1916 a usina estava entre as 4 mais produtivas do município, juntamente com Poço Gordo, São João e Santa Cruz. Em 1917 sua produção foi de 76.644 sacos de açúcar e na fábrica, em período de safra, trabalhavam 100 funcionários, que se revezavam em dois turnos.

Na década de 1950 a Usina São José viveu seu auge produtivo. Com a crise vivida por todo setor açucareiro local, a unidade perde a capacidade de produção e fica ameaçada de falência. A fim de superar a crise e evitar o fechamento, em 2002 a Asflucan (Associação Fluminense de Plantadores de Cana), copiando o modelo em vigência das usinas no Estado do Paraná, implementou o modelo de cooperativa na administração da unidade, criando a COAGRO (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro). Esta cooperativa arrendou as terras da Usina por 15 anos, a partir de 2003, por um valor de R\$ 5,2 milhões de reais, com parte dessa verba obtida por intermédio de investimento do Fundecam (Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes).

Em 2003 a COAGRO contava com 2300 cooperados. Esse número só foi aumentando, alcançando a marca 5007 em 2007. A administração está sob responsabilidade de Frederico Rangel Paes. E atualmente gera, segundo informações de seu administrador, 1500 empregos diretos na região. Sua

produção em 2006 alcançou o ápice de 938.000 sacos de açúcar e só tende a crescer.

3.4.6.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM

A unidade produtiva encontra-se em um local com fortes características urbanas. Mesmo distante do centro da cidade, Goytacaz apresenta autonomia em relação a sede administrativa, com bancos, unidades de saúde, escolas, etc.. Tanto que há alguns anos o local reivindicou sua emancipação. Visando evitar tal situação (pois se ocorresse a cidade de Campos dos Goytacazes poderia perder os Royalties do petróleo) o município rebaixou o lugar a categoria de sub-distrito.

Mesmo apresentando características urbanas, os elementos voltados à atividade sucroalcooleira se destacam. A unidade produtiva ocupa um espaço considerável, sobressaindo na paisagem. A plantação de cana-de-açúcar se faz presente, circundando toda a região. Caminhões, tratores, colheitadeiras e demais aparatos utilizados no processo produtivo do açúcar tem fluxo constante, integrando a paisagem do local. Além disso, em período de moagem os indícios da produção caracterizam o local, com destaque para a fumaça (oriunda das chaminés da usina e da queima das plantações) que impregna toda a região e o odor oriundo do processo de purgar.

Outros elementos que merecem destaque na paisagem remetem ao passado da usina. Destes destaca-se a antiga sede administrativa, que atualmente encontra-se em avançado grau de deteriorização, a linha de trem que fazia o escoamento do açúcar para o litoral e a antiga vila de moradores que ainda se faz presente, com antigos trabalhadores da usina residindo nela.

3.5- PERCEPÇÃO DOS MORADORES RESIDENTES NO ENTORNO DAS UNIDADES PRODUTIVAS

No tocante à aplicação dos questionários, cabe explicar um problema ocorrido entre a população residente no entorno da Usina de Tócos. Diversas visitas foram feitas ao local, porém, em nenhuma delas os moradores

concordaram em participar do trabalho. Toda vez que a abordagem era feita, a resposta sempre era negativa, com alguns até sendo hostis. Num esforço para modificar a situação, tentei contato com um morador do local, conhecido, e pedi que me acompanhasse no processo. Entretanto, mesmo com a ajuda desta pessoa, as recusas permaneceram constantes. Nos poucos casos em que houve aceitação de participar da pesquisa, a minha opinião é que estas respostas não eram totalmente verdadeiras, pois, no processo de responder ao questionário, os moradores procuravam exaltar a figura do usineiro e da usina e, assim, os resultados obtidos provavelmente não eram válidos para a pesquisa.

Com o intuito de realizar o trabalho, pensei em entrar em contato com o dono da Usina, pedindo sua autorização. Mas desisti da idéia, pois os dados obtidos seriam tendenciosos, não servindo para a análise, pois teriam a visão de moradores receosos, procurando sempre agradar o seu chefe. Tal fato demonstra o controle, de fato, que a figura do usineiro possui sobre os trabalhadores. Há de se ressaltar que Tócos é uma comunidade pequena, onde tudo funciona em função da Usina, e a mesma ainda está em atividade. Até mesmo a estruturação do local segue a dinâmica da unidade produtiva, com a mesma sendo um elemento central. Deste modo, mesmo sem dados quantitativos, pode-se afirmar que a esta usina faz parte da paisagem dominante do local.

No que tange a percepção dos indivíduos residentes no entorno das demais unidades produtivas, algumas considerações devem ser feitas. A primeira delas diz respeito à presença das usinas na paisagem do município. Dos questionados, 100% afirmaram que os vestígios da produção sucroalcooleira são partes integrantes da paisagem de Campos dos Goytacazes. As razões apontadas para este fato variam entre a presença constante por toda extensão territorial, a relação histórica com o desenvolvimento da cidade e a beleza e grandeza da mesma, sendo referencial para aqueles que passam pelo município, podendo ser vista ao longe.

Um ponto de destaque diz respeito à percepção positiva que grande parte dos moradores do entorno das usinas detém sobre a mesma. Tal situação é verificada quando 64% (Tabela 3) dos participantes associam a palavra “usina” a

aspectos como oportunidade de emprego, intensificação da dinâmica social e status (no sentido de importância nacional, já que no auge, Campos dos Goytacazes tinha importância para todo o país).

Tabela 3 - O que remete a palavra "usina" para os moradores das localidades pesquisadas (%).

ITEM	Santo Antônio	Cambaíba	Queimado	Cupim	COAGRO
Emprego	40	50	50	50	50
História	30	0	0	0	0
Dinâmica social	0	30	0	0	0
Status	0	0	0	10	10
Exploração dos trabalhadores	20	0	10	0	20
Falência	0	20	0	0	0
Aspectos negativos da produção	10	0	10	0	20
Atraso	0	0	30	40	0

Destas informações uma consideração deve ser feita. Os respondentes do entorno da unidade de Cambaíba que relacionaram a usina a questões negativas fizeram uma diferenciação quanto ao período. Para os mesmos, quando produzia, a unidade produtiva era fonte de emprego e renda, fazendo com que o local fosse importante para o município. Porém, atualmente, quando pensam em usina se lembram de falência, e de todos os aspectos negativos que este processo gerou.

A visão positiva dos moradores que residem nos arredores das unidades produtivas também se faz presente quando opinam sobre o destino das terras das usinas desativadas. Para 66 % deles, os resquícios da atividade canavieira devem ser preservados, seja com a retomada da produção, seja em forma de proteção, enquanto um Patrimônio Cultural do município de Campos dos Goytacazes (Tabela 4).

Tabela 4 - Destino das terras das Usinas desativadas por localidades pesquisadas (%).

ITEM	Santo Antônio	Cambaíba	Queimado	Cupim	COAGRO
Área verde	10	0	20	10	0
Protegeria como Patrimônio	30	20	10	0	0
Loteamentos	30	0	30	20	50
Reativar a Usina	20	80	40	70	50
Assentamentos rurais	10	0	0	0	0

A percepção positiva acerca da produção sucroalcooleira, o que a reforça enquanto um patrimônio local, também é verificada quando 64% dos respondentes ao serem indagados sobre a possibilidade de retorno do período em que a produção sucroalcooleira funcionava de maneira plena, afirmaram que esta situação seria do seu agrado (Figura 30).

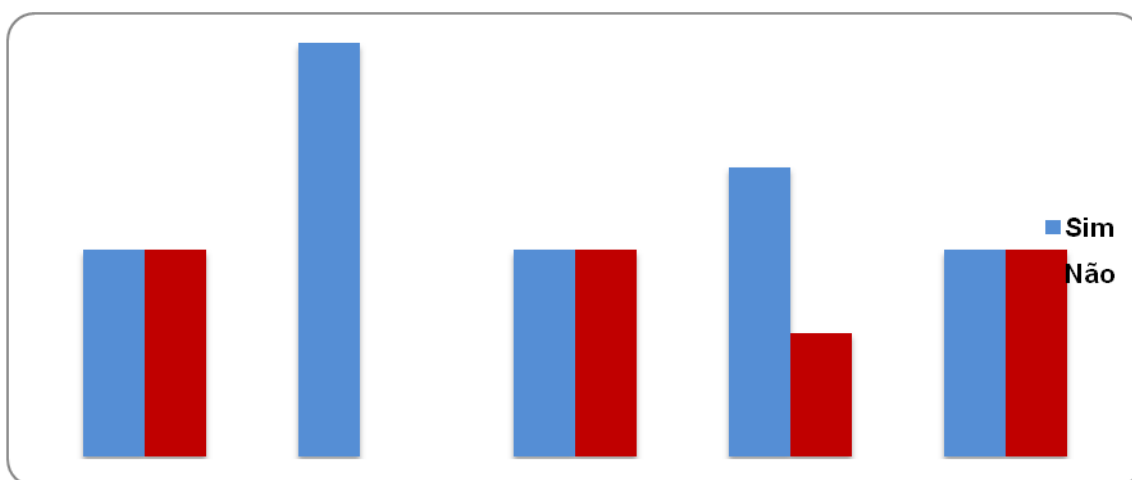


Figura 30 - Percepção dos indivíduos acerca da possibilidade de (re) viver o período de auge produtivo das usinas (%)

Na localidade de Cambaíba este fato é ressaltado. Dos respondentes, 100% afirmaram que, se fosse possível, gostariam que a produção fosse retomada, o que geraria emprego e, no caso específico da localidade, possibilitaria a retomada do crescimento. Tal situação demonstra a dependência do lugar em relação à produção sucroalcooleira. Este fato também é verificado quando

questionados sobre o destino das terras das usinas desativadas. A totalidade dos respondentes afirmou que a medida a ser tomada era ou a reativação da produção ou a sua proteção (e os que consideraram esta medida acreditam que o turismo seria um fator importante para o desenvolvimento local).

No que diz respeito à percepção dos moradores acerca da influência das unidades produtivas sobre a conformação do município, alguns pontos devem ser ressaltados. Para 100% dos respondentes, a atividade canavieira exerceu influência direta na caracterização e configuração de Campos dos Goytacazes. Destes, 54% atribuíram tal situação ao fato do setor ser aquele que gerava mais renda, logo tinham maior capacidade de investimento. Outros 26%, relacionavam a questão ao poder político que os mesmos exerciam na cidade (com alguns participando diretamente da vida política), fazendo com que ações governamentais fossem tomadas em seu benefício e com isso. Recursos seriam destinados para atender suas necessidades, conformando o território de acordo com sua demanda. E ainda, 20% consideravam a atividade canavieira como um agente do crescimento local, atraindo pessoas, para trabalhar no processo produtivo e construindo estrutura, visando otimizar sua produção. Desta maneira, ia caracterizando o município, sendo o principal responsável pela dinâmica social local.

Contudo, a situação do setor sucroalcooleiro na região já não é mais a mesma. A produção passa por crise, o que acarretou a falência de diversas unidades. Assim, novos grupos econômicos ganharam força, preterindo a atividade canavieira. Este fato é refletido na percepção dos moradores, conforme demonstra o gráfico a seguir (figura 31).

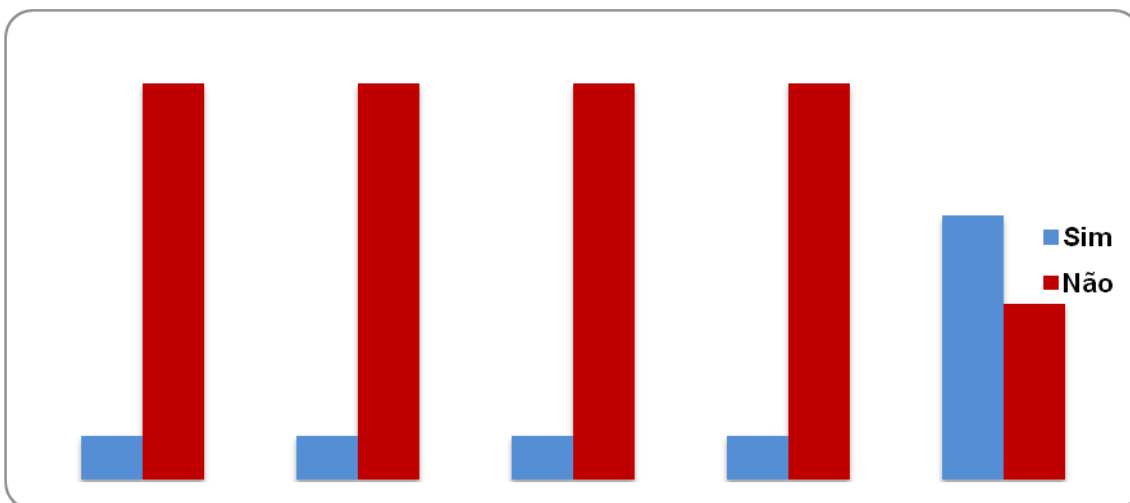


Figura 31 - Percepção sobre a influência preterita do setor sucroalcooleiro na caracterização do município (%)

Quando perguntados se as unidades produtivas, atualmente, influenciam na caracterização do município, 80% afirmaram que não. Para os mesmos, com a perda do poder aquisitivo e com o fim da influência constante no cenário político de Campos dos Goytacazes, o setor sucroalcooleiro deixa ser um elemento que influencia na alocação dos recursos e passa a viver as margens deste, sendo por vezes um empecilho. Os 20% que acreditam que a atividade ainda exerce influência na conformação do município afirmam que por ainda ter terras, os usineiros possuem poder de barganha junto aos representantes da cidade e, com isso, são favorecidos em diversas situações.

Neste sentido, um ponto que chama a atenção e merece destaque diz respeito à percepção dos respondentes que da Usina São José/COAGRO. Se levarmos em consideração esta localidade, pode-se considerar que ainda hoje o setor sucroalcooleiro exerce influencia na caracterização do município, pois 60% destes afirmam que a atividade canavieira interfere no processo decisório local, decidindo sobre a alocação dos recursos, agindo em proveito próprio. O motivo apontado por eles está no fato de os usineiros ainda possuírem influência sobre a população e política local. Sobre tal situação cabe destacar que a unidade em questão ainda está em funcionamento. Assim a dinâmica da localidade ainda está atrelada ao processo produtivo. Indo além, todos os indivíduos que partilham

desta opinião trabalham ou trabalharam na usina. E por fim, os entrevistados que consideram atual a influência do setor sucroalcooleiro sobre a conformação do município, afirmam que a intensidade já não é a mesma. Segundo estes, no passado as unidades afetavam toda a cidade de Campos dos Goytacazes, mas atualmente agem somente no lugar que estão inseridos.

Por fim, ao serem perguntados sobre o que aconteceria com os vestígios da produção sucroalcooleira e com as unidades que ainda estão em funcionamento no município, 100% dos moradores afirmaram que a falência e a desaparecimento é o fim provável. Para os mesmos, ou a prefeitura irá destruir para a construção de casas do Programa Morar Feliz, ou outras atividades irão tomar seu espaço para a implantação de novos negócios, ou ainda, devido a não proteção, o tempo irá agir e trará tudo ao chão, o que não demorará a acontecer.

CONCLUSÃO

O resultado do trabalho demonstra que o Patrimônio Industrial de Campos dos Goytacazes (representado pelas unidades produtivas – ou os seus resquícios – do setor sucroalcooleiro) é um elemento integrante da Paisagem Cultural do município. A atividade canavieira foi um importante elemento que influenciou no desenvolvimento do local. Por sua intervenção localidades surgiram, atraindo pessoas, de diversas partes do país, a fim de trabalhar na sua produção. A presença das unidades produtivas, ou os seus resquícios, ainda se faz presente por todo o município, sendo inclusive um elemento de reconhecimento e de identificação. Sendo assim, sua predominância na paisagem é incontestável.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado diz respeito à percepção positiva que os moradores residentes no entorno das unidades produtivas possuem acerca das mesmas. Mesmo com a crise do setor sucroalcooleiro (e os problemas gerados por esse processo) os vestígios de sua produção são relacionados, pela maioria dos moradores, à situações positivas, sendo que muitos deram um tom saudosista ao patrimônio, com muito deles, inclusive, requerendo o seu retorno.

Além destes aspectos, há ainda que se ressaltar que por meio do presente trabalho foi constatado que o local de inserção das unidades e as características do seu entorno não é o principal elemento determinando a percepção do indivíduo acerca das mesmas. O que age diretamente nessa questão é a relação que o morador possui com as unidades produtivas. Tanto faz se o morador mora em zona urbana ou rural, a percepção dos indivíduos manteve-se as mesmas características, porém, se trabalhavam na unidade ou se indiretamente ela influenciava na sua sociabilidade, a percepção era alterada. Assim, aqueles moradores que possuíam vínculos afetivos e econômicos com as plantas industriais tenderam a ter uma visão positiva. Contudo, os que não possuíam estes tipos de relações, mesmo residindo no entorno, tenderam a ter uma visão negativa acerca da mesma.

Finalmente, cabe destacar a questão do patrimônio industrial enquanto um elemento da paisagem residual do município. O setor sucroalcooleiro encontra-se em crise no município de Campos dos Goytacazes há pelo menos três décadas. Assim, a produção de açúcar e álcool não possui o mesmo peso na geração de renda, e tampouco detém o mesmo poder de atração econômica do seu período de apogeu. Esta situação faz com que o setor perca influência na configuração e caracterização do município, sendo preterido em função de outras atividades. Desta maneira, se antes as unidades produtivas detinham o poder de alocação de recursos ou exerciam influência no estabelecimento da infra-estrutura urbana pelo governo municipal, atualmente elas são consideradas como entraves para o desenvolvimento de novos setores econômicos. Em função isto, é que estas unidades produtivas passaram a ocupar um papel residual na paisagem, o que pode, inclusive, comprometer os esforços para sua preservação permanente enquanto patrimônio histórico material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio Henrique. “Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática”. In: Política Social e a Questão da Pobreza, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

ALVES, Jorge Fernandes. “Patrimônio industrial, educação e investigação – a propósito da Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave”. In: Seminário “Patrimônio Industrial no Vale do Ave: uma Rota com História”, Guimarães: 2003.

ANTROP, Marc. “Why landscapes of the past are important for the future”, in Landscape and Urban Planning, 70; Elsevier; Amsterdam, 2005.

ARAGÃO, Solange. “O estudo dos tipos-interfaces entre tipologia e morfologia urbana e contribuições para o entendimento da paisagem”. Geosul, Florianópolis, v. 21, nº 42; 2006.

ASSUNÇÃO, Paulo de. “Patrimônio”. Edições Loyola, São Paulo, 2003.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. “A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense”. In: Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003.

BERNARDES, Júlia. Adão. “Mudança Técnica e Espaço: Uma Proposta de Investigação”. In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BERQUE, Augustin. “Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural”. In: Paisagem, tempo e cultura. 2 ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

BRASIL, Constituição (1988). “Constituição da República Federativa do Brasil”. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

CAMPAGNOL, Gabriela. “Usinas de Açúcar: habitação e patrimônio Industrial”. Tese de doutorado apresentado no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Carlos – São Carlos, 2008.

CANABRAVA, Alice. In: História Geral da Civilização Brasileira: Européia do Livro, São Paulo, 1963, tomo I, vol. 2.

CARDIM, Padre Fernão. “Tratados da terra e gentes do Brasil; 1583 – 1590”. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978.

CARVALHO, Ailton Mota de SILVA, Roberto Cezar Saraiva da. “Formação Econômica da região Norte Fluminense”. In: Economia e Desenvolvimento da região Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora. 2004.

CARVALHO, Frederico Alvim. “Usinas de açúcar do norte fluminense: um resgate parcial da história social de Cambaíba representada pelos álbuns fotográficos da década de 1950”. (Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais)-, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes. 2006.

Carta de Amsterdã, 1975 In: Cartas Patrimoniais. Caderno de documentos - IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). Brasília: 1995. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

Carta de Atenas, 1931. In: Cartas Patrimoniais. Caderno de documentos - IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). Brasília: 1995. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

Carta de Bagé; 2007. In: Cartas Patrimoniais. Caderno de documentos - IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). Brasília: 1995. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em: <http://www.ticcih.org>. Acesso em: 30 de janeiro de 2012.

Carta de Veneza, 1964 In: Cartas Patrimoniais. Caderno de documentos - IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). Brasília: 1995. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

CASTRO, Demian Garcia. “Patrimônio histórico e arquitetônico como marca de qualificação da paisagem de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo”. Dissertação apresentada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 2005.

CHAUÍ, Marilena. “Política cultural, cultura política e patrimônio histórico”. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania; DPH. São Paulo: DPH, 1992.

CHOAY, Françoise. “A Alegoria do Patrimônio”. São Paulo; UNESP, 2003.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: Paisagens, texto e identidade. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

CLAVAL, Paul. “A geografia cultural”. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999;

COELHO, Teixeira. “Dicionário Crítico de Política Cultural”. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CORDEIRO, José Manoel Lopes. “Arqueologia Industrial: Um Mundo A Descobrir, Um Mundo a Defender”. In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas: Fundação Biblioteca Nacional – UNICAMP, 2004.

COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Trajetórias geográficas”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Região e Organização Espacial”. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHN, Zeny. “Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura”. In: Paisagem, Tempo e Cultura. Eduerj, Rio de Janeiro; 1998.

COSTA, Luciana de Castro Neves; GASTAL, Susana de Araújo. “Paisagem Cultural: Possibilidades e Limites Conceituais”. In: Anais do 1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2010.

DABAT, Paulette Yves Rufino Dabat. “MORADORES DE ENGENHO: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais” (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Pernambuco; Recife: 2003.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. “O Patrimônio Natural do Brasil”; In: Patrimônio Cultural e Ambiental – Questões legais e conceituais. Annablume, Campinas, 2009.

DEZEN-KEMPTER, Eloise. “Espaço fabril enquanto lugar de memória”. In: Urbana. N° 3, ano 3, Campinas, 2011. (2010)

DIPPOLD, Dalmo; FONSECA, Filome Pugliese. Bombas Elevatórias: “Um estudo de Arqueologia Industrial”. In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas: Fundação Biblioteca Nacional – UNICAMP, 2004.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goytacazes, séculos XVIII e XIX”. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FRANCISCO, Quésia de Souza. “História e Memória Social do Mundo do açúcar em Campos: Um Estudo das Mudanças de Representação Social Do Usineiro Na Sociedade Campista A partir do Sistema de Dádivas. 1900 – 2000”. (Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais)-, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes. 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. “Patrimônio Histórico e Cultural”. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2009.

GANTOS, Marcelo Carlos. “Apontamentos Para Uma Arqueologia Agroindustrial Do Complexo Sucroalcooleiro Em Campos Dos Goytacazes, RJ”. In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Fundação Campinas: Biblioteca Nacional – UNICAMP, 2004.

GOMEZ, Belem Oviedo et BADILLO, Marco Antonio Hernández. “El Patrimonio Industrial En México: 20 Años De Estudio, Rescate, Reutilización Y Difusión” In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas: Fundação Biblioteca Nacional – UNICAMP, 2004.

HARVEY, David. “A Produção Capitalista do Espaço”. São Paulo: Annablume, 2005.

HOEFLE, Scott William. “Antropologia e Geografia: convergências e divergências históricas”. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Raízes do Brasil”. Editora: José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.

HOLZER, Werther. “Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico”. In: Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. “A geografia humanista: uma revisão”. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, nº3, 1992.

IAA. “Legislação açucareira e alcooleira (1931-1942). Volume um”, Rio de Janeiro: IAA, 1942.

IPEA & MINC. “Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise”. In: Coleção Cadernos de Políticas Culturais; Volume 2. República Federativa do Brasil, Brasília, 2007.

IPHAN. Portaria nº127, 30 e abril de 2009.

JEUDY, Henri-Pierre. “Memórias do Social”. Editora Forense Univesitária, Rio de Janeiro, 1990.

KÜHL, Beatriz Mugayar. “Algumas questões relativas ao Patrimônio Industrial e à sua preservação”. In: Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN. Brasília, v4, 2006. Disponível em: [http:// www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br). Acessado em 10 de fevereiro de 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. “Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro”. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. “O Homem e o brejo”. Rio de Janeiro: IHGB, 1945.

LIMA, Heitor Ferreira. “História Político-econômico e Industrial do Brasil”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 2º edição

LUCHIARI, Maria Teresa Duarte Paes. “A (re) significação da paisagem no período contemporâneo”. In: Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MACHADO, Luciana Altavilla; PEREIRA, Maria de Lourdes. “As Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio”; In: Fórum do Patrimônio, vol.2, nº1, Belo Horizonte, 2008.

MARSHAL, T.H. “Cidadania e Classe Social”, In: Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MEINIG, Donal W. “O olho que observa: dez visões da mesma cena”. Espaço e cultura; nº13, 2002.

MENEGUELLO, Cristina. “Patrimônio Industrial: perspectivas e abordagens”. In: Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas: , 2004, v. 01, p. 01-09.

MENDES, José Amado. “Industrialização e Patrimônio Industrial: desenvolvimento e Cultura”. Ericeira: 2006.

_____. “Uma Nova Perspectiva sobre o Patrimônio Cultural: Preservação e Requalificação de Instalações Industriais”; 2000. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_197. Acessado em: 15 de janeiro de 2012.

NAME, Leo. “O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura”. GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010.

NEVES, Delma Pessanha. “Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: um estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana”. Niterói: EDUFF, 1997.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. “O Ciclo do Açúcar em Campos”. Campos dos Goytacazes, 1987.

_____. “Um pedaço de terra chamado Campos: sua geografia e seu progresso”. Campos dos Goytacazes, RJ: Almeida Artes-gráficas Editora, 2006.

PICARD, J. “Usinas açucareira de Piracicaba, Vila-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim. Missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1º de março a 15 de julho de 1903”. Hucitec, São Paulo, 1996.

PISÓN, Eduardo Martínez. “La proteccion del paisaje. Uma Reflexión”. In: Estudios sobre El paisaje; Fundacion Dques de Sória, Madri, 2000.

POLLETE, Marcus. “Paisagem: uma reflexão sobre um amplo conceito”. In: Turismo - Visão e Ação, ano 2, nº3; 1999.

RENES, Joahannes. “Paisajes Europeos: Continuidad y Transformaciones”. In: Paisaje e Historia, Abada Editores, Madri 2009.

RIBEIRO, Rafael Winter. “Paisagem cultural e patrimônio”. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIX, Michael. "Industrial Archaeology". London: The Historical Association, 1967.

SALGUEIRO, Teresa Barata. "Paisagem e Geografia"._Finisterra, XXXVI, 72; 2001.

SALOMÃO, Eugenia Maria Azevedo; FARÍAS, Francisco Fuentes. "Paisaje Cultural: Outra mirada em la conservación de Patrimônio. Reflexiones en torno a ejemplos mexicanos". In: Anais do 1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural; In: São Paulo em Perspectiva; São Paulo, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. "A trágica Condição da Política Social". In: Política Social e a Questão da Pobreza; Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

SANTOS, Milton. "A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção"; São Paulo, HUCITEC, 1997.

_____. "O retorno do território". In: Debates. Territorio y movimientos sociales. Revista OSAL. Nº 16, Disponível em: http://osal.clacso.org/dev/IMG/_article_PDF/article_115.pdf. Acesso em 16 de julho de 2007.

_____. "O Espaço do Cidadão". São Paulo: Studio Nobel, 2002

SANTOS, Milton. e SILVEIRA, Maria Laura. "O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI". Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUER, Carl O. "A morfologia da paisagem". In: Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia, Curitiba, 2003,Disponívelem<calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewPDFInterstitial/3353/2689> Acessado em: 12 de Janeiro de 2012.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis: Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Leonardo Mello e: “Patrimônio Industrial: passado e presente”. In: Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br>> . Acesso em: 10 de março de 2012.

SILVESTRE, Federico Lopez. “Pensar La História del Paisaje”; In: Paisaje e Historia, Abada Editores, Madri 2009.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. “O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda. Guerra Mundial”. In: Estudos Avançados, v.11, 1988.

TEIXEIRA, Simonne. “Educacion Patrimonial: Alfabetizacion Cultural para la Ciudadania”. In: Estudios Pedagógicos XXXII, n°2: 133 – 145, Valdivia: 2006.

TOGASHI, Henrique Fürstenau; Interpretação da paisagem: uma tarefa interdisciplinar. Cuadernos de Geografía; Revista Colombiana de Geografía; n.º 18, Bogotá, 2009.

TORRES FILHO, Arthur E. Margarinos. “A Cultura de Canna e a Industria Assucareira em Campos”. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Pimenta de Mello & C., 1920.

VEIGA, Carlos Frederico de Meneses; VIEIRA, Joana Rita; MORGADO, Ivan Ferreira “Diagnóstico da cadeia produtiva da cana-de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa”. FAPERJ/ SEBRAE/RJ, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/denf/diagnosticocanaRJ.pdf>>. Acesso em 15 de Março de 2012.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. “As Indústrias Matarazzo No Interior Paulista: Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial (1920-1960)”. In: I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas, UNICAMP: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. “Princípios de Geografia Humana”. Lisboa: Ed. Edições Cosmos, 1954.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Data: ____/____/____

Endereço: _____

Ocupação: _____ Idade: _____ Anos de escolaridade: _____

Reside no entorno da unidade produtiva? () sim () não Há quanto tempo? _____

Motivo da mudança? _____

O senhor já morou nas proximidades de uma Usina? () sim () não

Por quanto tempo? _____ Motivo da mudança? _____

Características sócio-demográficas da família.

Grau de Parentesco	Idade	Anos de escolaridade	Ocupação

Qual é a renda mensal do senhor?

1-() 0 S.M 2-() Até 1 S.M 3-() Entre 1 e 3 S.M 4-() Entre 3 e 5 S.M 5-() Acima de 5 S.M

O senhor já trabalhou em alguma Usina? () sim () não; Qual? _____

Qual foi o tipo de trabalho?_____ Em que período (ano)?_____

O que vem a sua cabeça quando eu falo “Usina de cana-de-açúcar”?

O senhor gostaria de viver novamente o período auge das Usinas de cana-de-açúcar em Campos?

() sim () não Por quê?

Se o senhor pudesse decidir, o que faria com as terras e com as Usinas de cana-de-açúcar que estão desativadas e que ainda estão presentes na paisagem de Campos?

- () Transformaria em área verde
- () Protegeria como um Patrimônio Cultural de Campos
- () Faria loteamentos
- () Retomaria a produção
- () Disponibilizaria para assentamentos

O senhor considera que as Unidades produtivas de cana-de-açúcar fazem parte da paisagem de Campos?

() sim () não Por que?

O senhor considera que as Usinas (usineiros) exerceram influência na formação da cidade de Campos?

() sim () não Por que?

E hoje, o senhor acredita que as Usinas influenciam na dinâmica (social, econômica e cultural) do município de Campos? () sim () não Por que?_____

Qual o significado que o senhor atribui às instalações, prédios e ruínas das usinas de cana-de-açúcar espalhadas pelo município de Campos?

Em sua opinião, na situação atual, qual será o futuro das instalações das Usinas de cana-de-açúcar em Campos? Por quê?
